

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2024

PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMOS
Presidente da Fundação DER-RJ

Id: 2578452

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 27.06.2024

PROCESSO Nº SEI-330002/004901/2024 - AUTORIZO a elaboração do Termo de Permissão de Uso Especial da Faixa de Domínio, referente ao objeto do Processo Administrativo nº SEI-330002/004901/2024, a favor da Concessionária CEG RIO S/A, fundamentado no Parecer da Assessoria Técnica Jurídica.

Id: 2578448

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 27.06.2024

PROCESSO Nº SEI-330002/005547/2024 - RECONHEÇO a dívida em favor da ex-servidora Patricia de Jesus Mendes, ID Funcional 5106325-5, no valor de R\$ 18.270,00 (dezoito mil, duzentos e setenta reais), tendo por objeto a conversão em pecúnia de 06 (seis) Férias não gozadas, referentes aos períodos de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e de 2024, relativa a Despesas de Exercícios Anteriores - DEA. Com base no Decreto Estadual nº 48.244/2022, regulamentado por meio da Resolução SECC nº 91/2023 e Parecer da Assessoria Jurídica (index n.º 76723232).

PROCESSO Nº SEI-330002/000667/2024 - RECONHEÇO a dívida em favor do ex-servidor Cássio Damasceno Monteiro dos Santos, ID Funcional 2847554-2, no valor de R\$ 57.828,80 (cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), tendo por objeto a conversão em pecúnia de 15 (quinze) meses de Licença-Prêmio não gozadas, referentes aos períodos de 03/03/1990 a 07/03/1995, 08/03/1995 a 06/03/2000, 07/03/2000 a 04/03/2005, 05/03/2005 a 03/03/2010 e de 04/03/2010 a 02/03/2015, além de 05 (cinco) meses de férias referentes aos períodos de 2019, 2020, 2022, 2023 e de 2024, relativa a Despesas de Exercícios Anteriores - DEA. Com base no Decreto Estadual n.º 48.244/2022, regulamentado por meio da Resolução SECC n.º 91/2023 e Parecer da Assessoria Jurídica (index n.º 76827836).

DE 04.07.2024

PROCESSO Nº SEI-330032/000634/2023 - RECONHEÇO a dívida em

favor do ex-servidor Dolvair Couto de Vasconcellos, ID Funcional 2828390-2, no valor de R\$ 63.153,44 (sessenta e três mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), tendo por objeto a conversão em pecúnia de 18 (dezoito) meses de Licença-Prêmio não gozadas, referente aos períodos de 05/02/1990 a 03/02/1995, 04/02/1995 a 02/02/2000, 03/02/2000 a 31/01/2005, 01/02/2005 a 30/01/2010, 31/01/2010 a 29/01/2016 e de 30/01/2016 a 27/01/2021, relativa a Despesas de Exercícios Anteriores - DEA. Com base no Decreto Estadual n.º 48.244/2022, regulamentado por meio da Resolução SECC n.º 91/2023 e Parecer da Assessoria Jurídica (index n.º 76536336).

Id: 2578449

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ATO DO PROCURADOR-GERAL
RESOLUÇÃO PGE Nº 5.102 DE 04 DE JULHO DE 2024
REVOGA A RESOLUÇÃO PGE Nº 4538, DE 13 DE ABRIL DE 2020, E APROVA O PROGRAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- o que dispõem a Lei Estadual nº 772, de 22 de agosto de 1984;
- o Decreto nº 21.037, de 5 de dezembro de 1994; e
- a Portaria CEE nº 3.712, de 28 de março de 2019, publicada no D.O. de 1º de abril de 2019, que, ao homologar o Parecer CEE nº 19, de 19 de março de 2019, credenciou a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) como Escola de Governo, processo nº SEI-140001/042915/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e instituir o Programa e o Corpo Docente da Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Pública da Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, conforme constam dos Anexos que fazem parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Ficar revogada a Resolução PGE nº 4538, de 13 de abril de 2020.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 2024

RENAN MIGUEL SAAD

Procurador-Geral do Estado

ANEXO I

RESUMO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA (ESAP/PGE-RJ)

COORDENAÇÃO-GERAL:

FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN
RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA
EIXO FUNDAMENTAL

- Princípios Institucionais da Advocacia de Estado (12h-aula)
Coordenação: SÉRGIO LUIZ BARBOSA NEVES
- Tópicos Avançados de Direito Constitucional (30h-aula)
Coordenação: FELIPE DE MELO FONTE
- Tópicos Avançados de Direito Administrativo (36h-aula)
Coordenação: JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA
- EIXO CONSULTIVO
- Assessoria e Consultoria Jurídica em Projetos de Infraestrutura (21h)
Coordenação: THIAGO CARDOSO ARAÚJO
- Direito e Políticas Públicas (18h)
Coordenação: MAURÍCIO CARLOS ARAÚJO RIBEIRO
- Direito Ambiental e Sustentabilidade (18h)
Coordenação: NATHALIE CARVALHO GIORDANO MACEDO
- Tópicos Avançados de Direito Financeiro e Tributário (18h)
Coordenação: FABRÍCIO DO ROZARIO V. DANTAS LEITE e MARCOS BUENO BRANDÃO DA PENHA
- Sistemas de Integridade Pública e Privada (15h)
Coordenação: BRUNO FERNANDES DIAS
- Licitações e Contratos Administrativos (24h)
Coordenação: FLÁVIO AMARAL GARCIA e RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA
- Direito Empresarial Público (15h)
Coordenação: ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA
- Direito do Petróleo (12h)
Coordenação: PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA
- EIXO CONTENCIOSO
- A Fazenda Pública em Juízo (30h)
Coordenação: MARCO ANTÔNIO RODRIGUES
- Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos (18h)
Coordenação: CLAUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES
- Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública (12h)
Coordenação: VICTOR FARJALLA
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos (12h)
Coordenação: MARCELLE FIGUEIREDO DA CUNHA
- Regime Previdenciário dos Servidores Público (12h)
Coordenação: JULIANA FLORENTINO DE MOURA
- Responsabilidade Civil do Estado (18h)
Coordenação: FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN
- Controle Externo da Administração Pública (15h)
Coordenação: FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA
- Direito Antidiscriminatório e Ações Afirmativas (18h)
Coordenação: AUGUSTO HENRIQUE P.S.WERNECK
- EIXO METODOLÓGICO
- Metodologia do Trabalho Científico (12h)
Coordenação: PEDRO HENRIQUE VEIGA CHRISMANN
- TEMPO TOTAL: 366h

ANEXO II
QUADRO DE DISCIPLINAS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA (ESAP/PGE-RJ)
EIXO FUNDAMENTAL

DISCIPLINA	SIGLA	C.H.	PRÉ-REQUISITOS	C.H. TOTAL
Princípios Institucionais da Advocacia de Estado	PAE	12h	Nenhum	
Tópicos Avançados de Direito Constitucional	TDC	30h	Nenhum	
Tópicos Avançados de Direito Administrativo	TDA	36h	Nenhum	

EIXO CONSULTIVO

DISCIPLINA	SIGLA	C.H.	PRÉ-REQUISITOS	C.H. TOTAL
Assessoria e Consultoria Jurídica em Projetos de Infraestrutura	ACI	21h	PAE, TDC, TDA	
Direito e Políticas Públicas	DPP	18h	PAE, TDC, TDA	
Direito Ambiental e Sustentabilidade	DAS	18h	PAE, TDC, TDA	
Tópicos Avançados de Direito Financeiro e Tributário	DFT	18h	Nenhum	
Sistema de Integridade Pública e Privada	SIP	15h	Nenhum	
Licitações e Contratos Administrativos	LCA	24h	Nenhum	
Direito Empresarial Público	DEP	15h	Nenhum	
Direito do Petróleo	DIP	12h	Nenhum	

EIXO CONTENCIOSO

DISCIPLINA	SIGLA	C.H.	PRÉ-REQUISITOS	C.H. TOTAL
A Fazenda Pública em Juízo	FPJ	30h	PAE, TDC, TDA	
Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos	MRC	18h	PAE, TDC, TDA	
Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública	RCT	12h	PAE, TDC, TDA, FPJ	
Regime Jurídico dos Servidores Públicos	JSP	12h	PAE, TDC, TDA, FPJ	
Regime Previdenciário dos Servidores Públicos	PSP	12h	PAE, TDC, TDA, FPJ	
Responsabilidade Civil do Estado	RCE	18h	Nenhum	
Controle Externo da Administração Pública	CAP	15h	Nenhum	
Direito Antidiscriminatório e Ações Afirmativas	DAA	18h	Nenhum	

EIXO METODOLÓGICO

DISCIPLINA	SIGLA	C.H.	PRÉ-REQUISITOS	C.H. TOTAL
Metodologia do Trabalho Científico	MET	12h	PAE, TDC, TDA, FPJ	
				366h

ANEXO III

PROGRAMA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADVOCACIA PÚBLICA DA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA (ESAP/PGE-RJ)

COORDENAÇÃO-GERAL:

FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN
RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA

A. EIXO FUNDAMENTAL

MÓDULO I - Princípios Institucionais da Advocacia de Estado

Coordenação: Sérgio Luiz Barbosa Neves

Carga Horária: 12h

Ementa: A Advocacia Pública na Constituição Federal. Advocacia Pública e Federação. Advocacia de Estado vs. Advocacia de Governo. Princípios Gerais da Advocacia de Estado. Autonomia técnica. As funções da Advocacia de Estado: Consultoria, Assessoria e Representação Judicial. Controle interno de legalidade e a natureza eminentemente preventiva da Advocacia de Estado. Advocacia Pública e o combate à corrupção. Ética do Advogado Público. Normas deontológicas no Estatuto da OAB e o Código de Ética e Disciplina. Normas disciplinares comuns aos funcionários públicos. Responsabilidade administrativa, cível e criminal do Advogado Público.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Apresentar os princípios gerais da Advocacia de Estado, inclusive aqueles concernentes aos contornos éticos de sua atuação profissional.

Objetivos Específicos: Capacitar o Advogado Público de instrumentos teóricos que garantam o exercício de seu múnus público de forma técnica e independente.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Programa: Advocacia Pública na Constituição da República. Autonomia da Advocacia de Estado. Ética do Advogado Público. Responsabilidade do Advogado Público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Carlos Edison Monteiro do Rêgo Monteiro Filho, Fabiana Moraes Braga Machado, Marcelo Terto e Silva, Thiago Cardoso Araújo, Cláudio Penedo Madureira, Ulisses Schwarz Viana.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: A Advocacia Pública na Constituição da República

Ementa: A Advocacia Pública na Constituição Federal. Advocacia Pública e Federação. Advocacia-Geral da União, Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e Procuradorias Municipais. Advocacia de Estado vs. Advocacia de Governo (Burocracia vs. Democracia?). Princípios Gerais da Advocacia de Estado. A Advocacia Pública no Direito Comparado.

2ª Aula (3h-aula). Tema: A Autonomia da Advocacia de Estado.

Ementa: As funções da Advocacia de Estado: Consultoria, Assessoria e Representação Judicial. A Advocacia Pública nos Ministérios e Secretarias de Estado. Hierarquia vs. Independência técnica. Controle interno de legalidade e a natureza preventiva da Advocacia de Estado. Advocacia Pública e o combate à corrupção. A natureza proativa da atuação da Advocacia Pública e a consensualidade administrativa.

3ª Aula (3h-aula). Tema: A Ética do Advogado Público

Ementa: Ética, moral e Direito. Ética Profissional. Ética do Advogado. Ética do Advogado Público. A natureza híbrida da regulamentação da atuação dos Advogados Públicos: normas deontológicas do Estatuto da OAB, do Código de Ética e Disciplina e dos Estatutos Disciplinares dos funcionários públicos. Conflitos éticos. A advocacia plena. A liberdade de cátedra.

4ª Aula (3h-aula). Tema: A Responsabilidade do Advogado Público
Ementa: Responsabilidade administrativa, cível e criminal do Advogado Público. Responsabilidade por pareceres e outros atos jurídicos. Processo Administrativo Disciplinar contra Advogados Públicos. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BINENBOJM, Gustavo. O papel da advocacia pública na estabilidade jurídica e no desenvolvimento do país. In: PEDRA, Adriano Sant'Ana; FARO, Julio Pinheiro; VIEIRA, Pedro Gallo (Org.). Advocacia Pública de Estado: estudos comparativos nas democracias Euro-americanas. Curitiba: Juruá, 2014.

CASTRO, Aldemário Araújo. Os contornos da independência técnica do Advogado Público. In: ACCIOLY, Leonardo (Org.). Prerrogativas do Advogado. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2015.

MADUREIRA, Cláudio. Advocacia Pública. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Justiça e as Procuraturas Constitucionais. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no.45, 1992.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As Funções Essenciais à Jus-

tiça na Constituição de 1988. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, no.43, 1991.

OLIVEIRA, M.L.P. A Autonomia da Advocacia de Estado: A Contribuição de Diogo de Figueiredo Moreira Neto. In: PEIXINHO et al (org.), Mutações de Direito Administrativo Estudos em Homenagem ao Professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALONSO, A. H. Ética das Profissões. São Paulo: Loyola, 2006. BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica Ética Geral e Profissional. São Paulo: Saraiva,2009.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Preposição nº 49.0000.2011.0017560/COP.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. Preposição nº 49.0000.2019.0104026/COP. Pedido de Nova Apreciação Quanto ao Contido no §3º do art. 5º do Provimento n. 178/2017, que "Dispõe sobre normas e procedimentos para a transferência da inscrição principal e para a inscrição suplementar nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil". Ano: 2020.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe; FURTADO, Marcus Vinicius. Grandes Temas do Novo CPC V.2 Honorários Advocatícios. Salvador: Ed. Jus PODIVM, 2019.

CASTRO, Aldemario Araujo; MACEDO, Rommel. Advocacia Pública Federal: Afirmção como Função Essencial à Justiça. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2016. Disponível em: https://www.oab.org.br/biblio-tecadigital/publicacoes.

COOPER, T. L. The Responsible Administrator An Approach to Ethics for the Administrative Role. São Francisco: Willey, 2006.

DENHARDT, K.D. The Ethics of Public Service. Connecticut: Greenwo od, 1988.

DI PIETRO, M.S.Z. Advocacia Pública. Revista Jurídica da Procuradoria, 1996, Disponível na internet.

FILHO, Marçal Justen. Parecer Sobre a Regularidade do Exercício da Atividade Advocatícia por Integrante da Carreira de Procurador do Estado do Paraná, Aprovado em Concurso Público em 1989. Parecer, 2015.

GUEDES, J. C. Souza, Advocacia de Estado Questões Institucionais para a Construção de um Estado de Justiça. Belo Horizonte: Forum, 2009.

HAZARD JR, G. C. Dondi, A. Ética Jurídica Um Estudo Comparativo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HIROSE, Regina Tamami. Carreiras Típicas de Estado: Desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção. Belo Horizonte: Forum, 2017.

HOLANDA, F. C. C.. A Advocacia Pública como Tutora da Ética e do Resguardo dos Direitos Fundamentais. Revista da AGU, 2009, disponível na internet.

MAMEDE, G. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDIETA, M. V. Sanchez, A.I. Ética Pública y Buen Gobierno. Madri: Tecnos, 2017.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Ética e Funções Essenciais à Justiça no presidencialismo moderno. Revista de informação Legislativa, no.120. Outubro/Dezembro de 1993. Brasília: Ed. Senado Federal.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Mutações do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

OLIVEIRA, M.L.P. Ética do Advogado Público em Tempos Modernos: Kant, Arendt e Ética Jurídica Pública Contemporânea. Revista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Disponível na internet.

PARIZEAU, Marie Helene. Ética Aplicada As Relações entre a Filosofia Moral e a Ética Aplicada. In: Canto Sperber, Monique, Dicionário de Ética e Filosofia Moral. São Leopoldo: Unisinos, 2003

SANDEL, Michael. Justiça Fazemos o que devemos? Lisboa: Presença, 2011.

SILVA, José Afonso da. A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito. Revista de Direito Administrativo, 2002. Disponível na internet.

SILVA, Marcello Terto e. Advocacia plena: Conveniência e Necessidade para os Serviços Jurídicos de Estado. Disponível em: <http://www.aldemario.adv.br/advocaciaplena.pdf>

SILVA, Marcello Terto e. Honorários Advocatícios nas Causas em que a Fazenda Pública é Parte. Artigo.

MÓDULO II - Tópicos Avançados de Direito Constitucional
Coordenação: FELIPE DE MELO FONTE
Carga Horária: 30h

Ementa: Controle de constitucionalidade. Modelos de controle de constitucionalidade. Legitimidade da jurisdição constitucional. Teoria geral dos direitos fundamentais. Categorias e funções. Dimensões subjetiva e objetiva. Limites e colisões. Proporcionalidade e ponderação. Processo legislativo. Fundamentos teóricos. Processo legislativo ordinário e especial. Processo legislativo orçamentário. Técnica Legislativa (Lei Complementar nº 95/98). Processo Legislativo nos Estados membros e Municípios. Controle de Constitucionalidade do processo legislativo. Organização do Estado. Características básicas das federações. Modelos alternativos de organização estatal. Design de Estados federais. O Estado federal brasileiro. Conflitos jurídicos na federação brasileira. Intervenção do Estado na Economia. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. Intervenção indireta do Estado na economia. Modelos e instituições regulatórias.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O propósito do curso é fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relevantes sobre o estado atual do direito constitucional, voltados à realidade da advocacia pública.

Objetivos Específicos: Conhecer a literatura e conceitos chave sobre direito constitucional no contexto da advocacia pública. Refletir criticamente sobre a literatura e a jurisprudência a respeito dos mecanismos de proteção da Constituição. Compreender o papel do Estado, do cidadão e do jurista na defesa dos direitos constitucionais. Fomentar o exercício da imaginação institucional. Refletir sobre as reformas necessárias ao aprimoramento do direito constitucional brasileiro.

Metodologia: As aulas serão do tipo expositivo, exigindo-se dos alunos que façam a leitura básica recomendada para cada aula, que será objeto de debates.

Programa: Jurisdição constitucional contemporânea. A teoria geral dos direitos fundamentais no século XXI. Processo legislativo brasileiro. O Estado federal brasileiro. Direito constitucional econômico.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Bruno Vinícius da Rós Bodart, Amanda Pinto Colchete, Carina de Castro Quirino, Carlos Eduardo Frazão do Amaral, Cristiano de Oliveira Taveira, Dante Silva Tomaz, Estevão Gomes Corrêa dos Santos, Felipe Derbli de Carvalho Baptista, Felipe de Melo Fonte, Fernando Frões Oliveira, Gustavo Sampaio Telles Ferreira, Julia Luciana Oliveira Martel de Almeida, Karina Denari Gomes de Matos, Leonardo Carrilho Jorge, Leonardo Cunha dos Santos, Luana Barroso, Patricia Perrone Mello, Pedro Sutter Simões, Roberta Simões Nascimento, Soraya Nouri e Maurity, Thiago Magalhães Pires, Wallace de Almeida Corbo, Victor Campos Clement Leahy.

PLANO DE AULAS

1ª e 2ª Aula (6h-aula). Tema: Jurisdição Constitucional Contemporânea

Ementa: Modelos de controle de constitucionalidade. Ações de controle de constitucionalidade abstrato no Brasil. Legitimidade da justiça constitucional. Métodos de interpretação constitucional. Controle de constitucionalidade não judicial. A ascensão institucional do Judiciário. A judicialização da política e das relações sociais. O ativismo judicial.

3ª e 4ª Aula (6h-aula). Tema: A Teoria Geral dos Direitos Fundamentais no século XXI

Ementa: Teoria geral dos direitos fundamentais. Perspectiva histórica. O conceito de direitos fundamentais. Categorias e funções. Títulos. Início e fim. Efeito horizontal. Dimensões subjetiva e objetiva. Limites e colisões. Proporcionalidade e ponderação. Os novos direitos fundamentais.

5ª e 6ª Aula (6h-aula). Tema: Processo Legislativo Brasileiro

Ementa: Processo legislativo. Fundamentos teóricos. Processo legislativo ordinário: iniciativa, deliberação. Comissões e Plenário. Processo legislativo sumário. Urgência. Processo legislativo especial. Processo legislativo orçamentário. Lei Complementar. Lei Ordinária. Lei Delegada. Medida Provisória. Decreto Legislativo e Resoluções. Reforma Constitucional. Técnica Legislativa (Lei Complementar nº 95/98). Processo Legislativo nos Estados membros e Municípios. Controle de Constitucionalidade do processo legislativo.

7ª e 8ª Aula (6h-aula). Tema: O Estado Federal Brasileiro

Ementa: Organização do Estado. Origens históricas do Estado federal. Características básicas das federações. Modelos alternativos de organização estatal. Design de Estados federais. O Estado federal brasileiro. União. Estados membros. Municípios. Territórios. Repartição de competências na Constituição de 1988. Competências materiais e legislativas. Intervenção. Princípio da simetria. Conflitos jurídicos na federação brasileira.

9ª e 10ª Aula (6h-aula). Tema: Direito Constitucional Econômico

Ementa: Intervenção do Estado na Economia. Liberalismo clássico. Estado de bem estar social. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. Intervenção indireta do Estado na economia. Modelos e instituições regulatórias. Limites à regulação da economia. Livre iniciativa. Proporcionalidade. Consequências da intervenção. Responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 7a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. 5a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIMOULIS, Dimitrí; MARTINS, Leonardo. Teoria geral dos direitos fundamentais. 5a. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERREIRA, FILHO. Manoel Gonçalves Do processo legislativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 10a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. 2a. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, José Afonso da. Princípios do processo de formação das leis no direito constitucional. São Paulo, 1964.

TORRES, Ricardo Lobo (org). Teoria dos direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello. Medida provisória e a sua conversão em lei. São Paulo: RT, 2004.

ARANDA ÁLVAREZ, Elviro. Los actos parlamentarios en normativos y su control jurisdiccional. Madrid: Centro de Estudios Políticos Y Constitucionales, 1998.

BALDASSARE, Antônio. Los derechos sociales. Bogotá: Universidade Externado de Colombia, 2013.

BARCELLOS, Ana Paula. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia judicial versus diálogos constitucionais: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição? Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

CYRINO, André Rodrigues. Direito constitucional regulatório. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Dimensões do ativismo judicial do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DECKER, Chistopher. Modern economic regulation: an introduction to theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

DEVOLVÉ, Pierre. Droit public de l'economie. Paris: Dalloz, 1998.

LEONCY, Leo Ferreira. Controle de constitucionalidade estadual. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. 3a. Ed. São Paulo: RT, 2012.

MENDES, Conrado Hubner. Controle de constitucionalidade e democracia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEGRI, André Del. Controle de constitucionalidade do processo legislativo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

HIRSCHL, Ran. Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism. Harvard: Harvard University Press, 2004.

PECES BARBA MARTINEZ, Gregorio. Curso de derechos fundamen-tales: teoria general. Madri: Universidad Carlos III de Madrid, 1995.

PEREIRA, Jane Gonçalves Pereira. Interpretação constitucional e direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SARLET, Ingo. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12a. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARMENTO, Daniel (coord). Jurisdição constitucional e política. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SUNSTEIN, Cass R. Designing democracy: what constitutions do. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VENANCIO FILHO, Alberto. A intervenção do Estado no domínio econômico. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MÓDULO III - Tópicos Avançados de Direito Administrativo
Coordenação: JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA
Carga Horária: 36h

Ementa: A teoria geral da inovação e o Direito Administrativo: limites e possibilidades. As tendências interpretativas acolhidas pelas alterações da LINDB junto ao Direito Administrativo. As tendências organizacionais: desestatização, amadurecimento do Estado empresário e técnicas de convergência federativa. O ato administrativo: ainda existe? A vexata quaestio de seus atributos. O silêncio administrativo. O poder de polícia: existência, atributos e delegabilidade. A teoria geral da regulação jurídica e seus agentes institucionais. A incidência da consensualidade junto aos atos e contratos públicos. Inovações junto à seleção e à contratação pública. Como pensar a mudança e a permanência no Direito Administrativo brasileiro?

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: O objetivo geral do módulo é capacitar o estudante a conhecer e realizar análise empiricamente validada a respeito das tendências do Direito Administrativo.

Objetivos Específicos: De início, busca-se capacitá-lo a perceber o caráter dúbio da legislação, da doutrina e da jurisprudência em relação à inovação do Direito Administrativo. Em seguida, apresenta-se, forte em discussões de casos e na busca pelo contraditório, as tendências consequencialistas acolhidas pelas recentes alterações da LINDB. O próximo tema são as mudanças da estrutura administrativa, com a consolidação do modelo empresarial e a incorporação de técnicas de convergência federativa. Em seguida, coloca-se o ato administrativo no divã. Ele ainda existe? Será que seus ditos atributos nada mais são do que folclores? O que o silêncio administrativo significa (ou não significa)? O próximo tópico é o do poder de polícia, ao qual se colocam questões igualmente fundacionais: seu nome, sua existência, sua delegabilidade, sua confusão com a noção de regulação. Na sequência, há importante tópico o da regulação, em que se pretende discutir não só as técnicas, mas, também e especialmente, os agentes (as agências, mas não só). Discute-se, então, um possível dever de consensualidade administrativa junto aos atos e contratos públicos. Há sessão para que se discuta o direito ao erro do administrador público, e outra acerca do estado da arte, e os novos de safios, da processualidade administrativa. O último tópico temático é que lida com a capacidade normativa de conjuntura da Administração Pública, perguntando-se se há momentos em que ela possa preponderar sobre a função legislativa.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula. Metodologia baseada em casos geradores. Solicitações aos alunos de fichamento de textos e elaborações de estudos sobre temas específicos.

Programa: Inovação e Direito Administrativo. Interpretação consequencialista e LINDB. Estado empresário. Convergência federativa e região metropolitana. Ato administrativo: origem, continuidade, espécies, atributos. Poder de polícia: origem, denominação, características, delegabilidade, controle. Regulação: conceito, distinção entre categorias próximas, fundamentos econômicos e jurídicos. Agências reguladoras: estrutura, funcionamento e controle. Análise de Impacto Regulatório. Consensualidade administrativa: origem, existência, natureza, técnicas, controle. Direito ao erro do administrador público. Processualidade administrativa: estado da arte e novos desafios. Reserva de regulamento e reserva de Administração.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Ana Luíza Fernandes Calil ,Adriano Marques Manso, Alexandre Santos de Aragão, Felipe Lima Araujo Romero, Alice Bernardo Voronoff, André Rodrigues Cyrino, André Janjácómo Rosilho, André Saddy, Andre Ribeiro Tosta, Anna Carolina Migueis Pereira, Bernardo Strobel Guimarães, Camila Almeida Porfiro, Carlos Ari Vieira Sundfeld, Fernando Angelo Ribeiro Leal, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Carolina Barros Fidalgo, Daniel Bento Duarte, Luiz Gustavo Kaercher Loureiro, Gustavo Binenbojm, João Manoel Andrade Maciel da Silva Campos Galdi, José Vicente Santos de Mendonça, Juliana Bonacorsi de Palma, Juliano Heinen, Leonam Baesso da Silva Liziero, Marcelo Palladino Machado Vieira, Marcelo Labanca Corrêa de Araújo, Mauricio Carlos Araújo Ribeiro, Nathalie Carvalho Giordano Macedo, Patricia Ferreira Baptista, Pedro de Hollanda Dionísio, Rafael Lorenzo Fernandez Koatz, Rafael Wallbach Schwind, Renato Toledo Cabral Junior, Rodrigo Crelier Zambão da Silva, Sérgio Antônio Ferrari Filho, Stela Hühne Porto, Thamar de Simone Cavalieri Freitas, Thiago Guerreiro Bastos, Thiago Lins Monteiro, Thiago Marrara de Matos, Vavnice Regina Lirio do Valle, Vitor Rhein Schirato.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: A inovação e o Direito Administrativo brasileiro: limites e possibilidades.

Ementa: O que é inovação. A inovação no Direito Administrativo. A inovação exógena e endógena. A lei e a inovação. A doutrina e a inovação. A jurisprudência e a inovação. Limites e possibilidades.

2ª Aula (3h-aula). Tema: O novo paradigma do Direito Público: inclinações pragmáticas na LINDB.

Ementa: Os desafios do controle público e as razões da alteração da LINDB. As inclinações pragmáticas na teoria geral do Direito Público. Interpretação dos dispositivos. Críticas e respostas. Análise de casos.

3ªAula (3h-aula). Tema: Mudanças estruturais na Administração Pública: o amadurecimento do Estado empresário.

Ementa: O velho e o novo Estado empresário brasileiro. O neointer vencionismo público. A atuação pública via golden shares. A nova lei das estatais: questões clássicas e desafios emergentes.

4ª Aula (3h-aula). Tema: A convergência federativa.

Ementa: Origem e estrutura da federação brasileira. Custos e benefícios da homogeneidade. As técnicas constitucionais de convergência: região metropolitana e microrregiões. As leis nacionais. Estudo de caso: a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro.

5ª Aula (3h-aula). Tema: O ato administrativo em questão.

Ementa: Existência? Atributos? O que o não-ato representa? Como desfazer?

6ª Aula (3h-aula). Tema: O poder de polícia na contemporaneidade: existência, limites, delegação.

Ementa: Origem do poder de polícia. Nomenclatura. Poder de polícia e regulação pública. Requisitos. Modo de exercício. Delegabilidade. Controle. Estudo de caso: o RE da BHTRANS.

7ª Aula (3h-aula). Tema: Regulação. Estrutura e função regulatória.

Ementa: Por que regular? Por que não regular? Estratégias regulatórias. A compreensão do termo regulação no Brasil. As fases do debate sobre regulação pública no Brasil.

8ª Aula (3h-aula). Tema: Regulação (Parte 2).

Ementa: Características gerais da regulação pública. Agências reguladoras. Controle das agências. Análise de Impacto Regulatório.

9ª Aula (3h-aula). Tema: O dever de consensualidade administrativa.

Ementa: Origem. Natureza jurídica. Incidência. Limites. Técnicas e controle.

10ª Aula (3h-aula). Tema: O direito ao erro do administrador público.

Ementa: Existência de um direito ao erro do administrador público. O erro e o Direito. Natureza jurídica. Conteúdo e standards de incidência. O direito ao erro na LINDB.

11ª Aula (3h-aula). Tema: A processualidade administrativa: novos desafios.

Ementa: Origem e sentidos da processualidade administrativa. A lei de processo administrativo federal. A processualidade dos entes subnacionais. Desafios e possibilidades da processualidade administrativa ampla.

12ª Aula (3h-aula). Tema: Reserva de regulamento e reserva de Administração.

Ementa: Separação de poderes e normatividade da Administração Pública. O regulamento e suas espécies. Capacidade normativa de conjuntura. Reserva de regulação e reserva de Administração. Análise de casos.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Empresas estatais. 2a. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Joaquim Barbosa. O poder de polícia e o princípio da dignidade da pessoa humana na jurisprudência francesa. Seleções Jurídicas ADV n. 12, p. 17 ss., 1996.

GUEDES, Demian. Processo administrativo e democracia: uma reavaliação da presunção de veracidade. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor. (Orgs.) O poder de polícia na atualidade. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito Administrativo e Inovação: limites e impossibilidades. In: Revista A & C.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. Sanção e acordo na Administração Pública. São Paulo: Malheiros, 2015.

PACHECO, Regina Sílvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 40, n. 4, 2006.

SCHIRATO, Vitor. Repensando a pertinência dos atributos dos atos administrativos. In: MEDAUAR, Odete. SCHIRATO, Vitor. (Orgs.) Os caminhos do ato administrativo. São Paulo: RT, 2011.

SUNDFELD, Carlos Ari. Direito Administrativo para céticos. São Paulo: Malheiros, 2014.

Revista de Direito Administrativo. Edição especial sobre as alterações da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Princípios Gerais de Direito Público. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.

FIORINI, Bartolomé A. La Discricionariedad en la Administración Pública. Buenos Aires: Editorial Alfa, 1948

GIANNINI, Massimo Severo. El poder público. Estado y Administraciones públicas. Madri: Civitas, 1991

GORDILLO, Agustín. Tratado de Derecho Administrativo. Tomo 2. 8. ed. Buenos Aires: F.D.A., 2006

HAURIUO, Maurice. Précis de droit aadministratif et de droit public. 12. ed. Paris: Dalloz, 2002.

MAURER, Hartmut. Direito Administrativo Geral. Barueri: Manole, 2006.

MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2008.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. (Coord.) Uma avaliação das tendências contemporâneas do Direito Administrativo. Obra em homenagem a Eduardo García de Enterría. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

STOBER, Rolf. Direito Administrativo Econômico Geral: fundamentos e princípios: Direito Constitucional Econômico. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

SANTAMARIA PASTOR, Juan Alfonso. Princípios de Derecho Administrativo General II. Madri: Iustel, 2004.

RAMÍREZESCUDERO, Daniel Sarmiento. El control de proporciona lidad de la actividad administrativa. Valência: Tirant lo blanch, 2004.

ROMANO, Santi. Principii di Diritto Administrativo Italiano. 2. ed. Milão: Società Editrice Libreria, 1906.

B. EIXO CONSULTIVO

MÓDULO IV - Assessoria e Consultoria Jurídica em Projetos de Infraestrutura

Coordenação: THIAGO CARDOSO ARAÚJO

Carga Horária: 21h

Ementa: Estruturação de Projetos e Regulação de infraestrutura: histórico do tema no Brasil e conceitos introdutórios. Instrumentos jurídicos: a necessidade de uma compreensão interdisciplinar. Rodovias: economia das concessões de rodovias e aspectos jurídicos. Saneamento Básico: arranjos interfederativos, instrumentos contratuais e disciplina regulatória - PPI, FAEP. Concessão: características econômicas dos contratos e equilíbrio econômico-financeiro.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Capacitar o corpo discente a entender a lógica dos arranjos contratuais complexos ligados à infraestrutura pública, numa visão crítica, atual e interdisciplinar que passa pela análise de temas relacionados ao saneamento básico e concessões de rodovias, permitindo reflexões acerca da prática de arranjos contratuais.

Objetivos Específicos: Discutir os principais elementos teóricos e práticos relacionados ao exercício da função de consultoria e assessoria jurídicas na estruturação e desenvolvimento de projetos de infraestrutura pública, apresentando conceitos básicos e noções de setores regulados de interesse estadual. Desenvolver a habilidade de operar instrumentos advindos de outras áreas de conhecimento, especialmente da economia, em uma visão interdisciplinar, a fim de possibilitar a completa compreensão da lógica de contratos administrativos complexos de longa duração. Incentivar um pensamento crítico sobre construções teóricas tradicionais que não se mostram mais adequadas a alterações sociais agudas e disruptivas que demandam instrumentos mais atuais e dinâmicos.

Metodologia: 1. Aulas dialogadas e expositivas, com ênfase no emprego do método socrático. 2. Apresentação de casos concretos ("casos geradores") para exposição de dificuldades e soluções. 3. Ênfase na compreensão interdisciplinar de diferentes setores de infraestrutura.

Programa: Bloco 1: Estruturação de Projetos e Regulação de Infraestrutura. Bloco 2: Setores de infraestrutura: aspectos jurídicos e econômicos. Bloco 3: Características econômicas dos contratos de concessão e equilíbrio econômico-financeiro.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito, com limite de páginas estabelecido em no máximo dez, o qual pode ser exigido em forma de parecer ou memorial, que enfrente determinada problemática apresentada ao aluno em forma de enunciado. O trabalho abordará, necessariamente, a temática lecionada no curso.

Corpo Docente: Armando Castelar, Douglas Estevam Silva, Fernanda Delgado de Jesus, Fernando Camacho, Flavine Meghy Mendes, Hel-

der Queiroz Pinto Jr., Leonardo Coelho, Marcelo Lennertz, Maurício Portugal, Thiago Cardoso Araújo.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Infraestrutura: Conceitos Básicos e Estruturação de Projetos

Ementa: Infraestrutura. Histórico do tema no Brasil. Arranjos institucionais. Contratos incompletos. Ciclo de projetos. Public Choice. Insuficiências Teóricas do Direito Administrativo. Lógica econômica de contratos administrativos complexos. Introdução ao Project Finance. Estruturação via Lei 8.666/93, PMI, Lei 13.303, Colação e short list.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Regulação de Infraestrutura

Ementa: Histórico dos arranjos regulatórios. Essential facilities. Regulação por Contrato. Regulação Discricionária por Custo de Serviço e por Preço-Teto. Modelos Híbridos.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Rodovias: Economia do Setor

Ementa: Histórico do Governo Federal. Taxa Interna de Retorno: TIR do projeto e TIR de acionista. Estrutura de Financiamento. Noções de Project Finance. Metodologia para indenização.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Rodovias: Aspectos Jurídicos

Ementa: Análise de editais recentes. Licitação de concessões. Remuneração do Concessionário. Formas de Concessão.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Saneamento Básico: Aspectos Jurídicos

Ementa: Arranjos interfederativos. Arranjos contratuais. Contrato de programa. Subconcessões. Discussão do novo marco regulatório. Instrumentos regulatórios.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Saneamento Básico: Aspectos Econômicos

Ementa: Economia do setor. Bens públicos. Economia de rede.

7ª Aula (3h-aula). Tema: Concessão: Aspectos Econômicos e Compensações

Ementa: Introdução: características econômicas dos contratos de concessão e o lugar do equilíbrio econômico-financeiro nesses contratos. Metodologias para dimensionar as compensações e a forma de compensar. Os problemas de tempestividade e efetividade do sistema compensatório.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BARBOSA, Fernando de Holanda; GUERRA, Sérgio; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Equilíbrio financeiro em projetos de infraestrutura. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2019.50 p. - (Cadernos FGV Projetos ; 32/2019). Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgv-projetos.fgv.br/files/miolo_tir_03.04.19_completo.pdf

CAMACHO, Fernando Tavares; RODRIGUES, Bruno da Costa Lucas. Regulação econômica de infraestruturas: como escolher o modelo mais adequado? Revista do BNDES. Disponível em: <http://www.bn-des.gov.br/biblioteca digital>

CAMARGO, Jorge M.T. Petróleo: textos & contextos. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2018.

DAYCHOUM, Miriam Tchepurnaya; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Regulação e Concorrência no Setor Ferroviário. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FILHO, Marçal Justen; SCHWIND, Rafael Wallbach (coord.). Parcerias Público Privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

FRAZÃO, Alexandre Costeira. Tratado de Parcerias Público-Privadas. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019.

MOREIRA, Egon Bockmann. Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

NETO, Arthur Watt. Petróleo, gás natural e biocombustíveis. São Paulo: Saraiva, 2014.

NÓBREGA, Marcos. Direito e economia da infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio J. Maristrello Porto; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. Direito e Economia: diálogos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

PINHEIRO, Armando Castelar; RIBEIRO, Leonardo Coelho. Regulação das ferrovias. Rio de Janeiro: Editora FGV, IBRE, 2017.

RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno; FREITAS, Rafael Vêras de (coord.). A nova regulação da infraestrutura e da mineração: portos: aeroportos: ferrovias: rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

RIBEIRO, Maurício Portugal. Reequilíbrios Incompletos de contrato de concessão e PPP: reequilíbrio econômico (que não caracteriza reequilíbrio financeiro) e reequilíbrio financeiro (que não caracteriza reequilíbrio econômico). Disponível em: <http://www.portugalribeiro.com.br/wpp/wp-content/uploads/reequilíbrios-incompletos.pdf>

SADDY, André; CHAUVET, Rodrigo da Fonseca. Aspectos Jurídicos do saneamento básico. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBANO, Gian L. et al. Procurement contracting strategies. In: DIMITRI, N.; PIGA, G.; SPAGNOLO, G. (Ed.). Handbook of procurement. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ASQUER, Alberto. Liberalization and regulatory reform of network industries: A comparative analysis of Italian public utilities. Utilities Policy, v. 19, n. 3, p. 172-184, 2011.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia. Porto Alegre. Brokman Companhia Editora. 5ª ed., 2010.

DUTRA, Jolsa Campanher; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. 20 anos de concessões em infraestrutura no Brasil. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

ENGEL, Eduardo; FISCHER, Ronald D.; GALETOVIC, Alexander. The Economics of Public-Private Partnerships: A Basic Guide. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

FREITAS, Rafael Vêras de. Concessão de rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

NETTO, Pedro Dias de Oliveira. As parcerias público-privadas e os novos desafios do setor de infraestrutura: crise econômica, ajuste fiscal, reequilíbrio contratual e perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

RIBEIRO, Maurício Portugal. 20 anos da Lei de Concessões, 10 anos da Lei de PPPs. Disponível em: <http://www.portugalribeiro.com.br/wpp/wp-content/uploads/10-anos-lei-ppps-20anos-lei-concessoes.pdf>

RIBEIRO, Maurício Portugal. Concessões e PPPs: melhores práticas em licitações e contratos. - São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <http://www.portugalribeiro.com.br/ebooks/concessoes-e-ppps/>

S.NETO, Manoel P. Manual de direito do petróleo: uma visão jurídica do ouro negro no Brasil. 1 ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2018.

MÓDULO V - Direito e Políticas Públicas

Coordenação: MAURÍCIO CARLOS ARAÚJO RIBEIRO

Carga Horária: 18h

Ementa: Conceito de políticas públicas. Estado, interesse público e políticas públicas. A relação entre direito e políticas públicas: moldura jurídica e desenhos institucionais. A pluralidade de atores e interesses. Ciclo de políticas públicas. Formação de agenda. Formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Controle de políticas públicas. Revisão e aperfeiçoamento. Financiamento de políticas públicas. Judicialização de políticas públicas e diálogos interinstitucionais. Governança e compliance.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para a compreensão de uma teoria jurídica das políticas públicas e os seus principais fundamentos, estabelecendo, para tanto, conexões entre a perspectiva jurídica e a dimensão eminentemente prática das políticas públicas.

Objetivos Específicos: Analisar os aspectos gerais da relação entre sociedade, Estado, governo e administração pública; examinar o conceito de políticas públicas e a relação entre o Estado, o interesse público e as políticas públicas; estudar a relação entre direito e políticas públicas: moldura jurídica e desenhos institucionais; apresentar aos discentes conceitos e modelos como a teoria da agência, teoria dos jogos e comportamentos bem como os modelos de burocracia e nova gestão pública; analisar a "nova gestão pública" e a "nova governança pública"; estudar o ciclo de políticas públicas; examinar o controle de políticas públicas; estudar o financiamento de políticas públicas e a relação destas com o orçamento público.

Analisar a judicialização de políticas públicas e diálogos interinstitucionais; examinar os conceitos de governança e compliance e sua aplicação nas políticas públicas.

Metodologia: O conteúdo será explorado através de aulas expositivas abertas ao debate, bem como através de atividades simuladas que possibilite aplicar a teoria a casos concretos e uso de metodologias ativas tais como estudos de casos práticos e aprendizagem entre pares ou times.

Programa:

UNIDADE I - A NATUREZA DA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO

Conceito(s) de políticas públicas. Elementos caracterizadores (interdisciplinaridade, dinamismo, continuidade, adaptabilidade, coerência e ordenação, etc.). O desenvolvimento das políticas públicas como campo de estudo autônomo. O processo de assimilação pela teoria jurídica do conceito de políticas públicas. Modelos teóricos de análise em políticas públicas. Políticas públicas e direitos humanos. Tipos de políticas públicas (relacionadas a direitos sociais, de gênero, etc). Histórico das políticas públicas no Brasil e no mundo.

UNIDADE II - CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: FORMAÇÃO DA AGENDA, FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E TOMADA DE DECISÃO.

O ciclo de políticas públicas. Etapas. Formação da agenda: o que é prioritário? A identificação dos problemas a serem atacados e das demandas a serem supridas por intermédio das políticas públicas. A formulação da política: formulação de soluções, alternativas e propostas concretas entre diferentes opções de programas a serem adotados. Tomada de decisão: definição do curso de ação a ser adotado. Os processos de tomada de decisão (os diferentes canais e os instrumentos políticos e jurídicos possíveis). Análise dos instrumentos e mecanismos institucionais de criação e planejamento de políticas públicas. Variáveis a serem consideradas em cada uma dessas etapas: avaliações de custo benefício, estudo de cenários e necessidades, recursos disponíveis, urgências, elementos políticos, dentre outras. Gestores públicos. Modelos de gestão (p. ex: hierarquia, mercado, governança/rede). Participação social na construção de políticas públicas. Canais institucionalizados e não institucionalizados. Grupos de interesse e participação dispersa na sociedade.

UNIDADE III - CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO.

Implementação da política pública: a criação da estrutura necessária e observância da burocracia existente. O manejo dos instrumentos jurídicos no âmbito da implementação de políticas públicas, com destaque para eventual necessidade de aprovação de leis. Orçamento e políticas públicas: o dispêndio de recursos financeiros. Avaliação dos resultados das políticas públicas e a influência na efetivação de direitos e garantias fundamentais. Políticas públicas e Análise Econômica do Direito. Políticas públicas e dados estatísticos.

UNIDADE IV - POLÍTICAS PÚBLICA E EFETIVIDADE: JUDICIALIZAÇÃO E CANAIS DE APRIORAMENTO.

Análise de políticas públicas em searas específicas: pessoas com deficiência, desigualdade de gênero, proteção da criança e do adolescente etc. Políticas públicas e direitos fundamentais. Discussão sobre casos concretos e a atuação das instituições, com destaque para as instituições jurídicas. Fiscalização e controle da execução da política pública por meio da atuação da sociedade civil e dos órgãos de controle. Judicialização das políticas públicas, com ênfase nas políticas de saúde, educação e de saneamento básico. Caminhos para o aprimoramento: diálogos institucionais? Novas tecnologias? Maior participação social?

Critério de Avaliação: Trabalho monográfico a ser apresentado ao final da disciplina.

Corpo Docente: Alice Voronoff, Ana Paula de Barcellos, Daniel Wei Liang Wang, Douglas Estevam Silva, Eduardo Bastos Furtado de Mendonça, Emiliano Rodrigues Brunet, Felipe de Melo Fonto, Felipe Dutra Asensi, Maria Paula Dallari Bucci, Marcelo Rangel Lennertz, Mauricio Carlos Araújo Ribeiro, Thiago Cardoso Araújo, Vanice Regina Lirio do Valle.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: A Natureza da Política Pública e suas Relações com o Direito

Ementa: Conceito de políticas públicas. Estado e políticas públicas. A natureza da política pública e suas relações com o Direito. Conceitos. Modelos teóricos de análise.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Formação de agenda, formulação de políticas e tomada de decisão.

Ementa: Processo de formação de agenda. A formulação de políticas. Tomada de decisão. Participação social na construção da política.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Ciclo de Políticas Públicas: implementação, financiamento, participação social.

Ementa: A implementação de políticas públicas. O papel dos gestores públicos. A pluralidade de atores na implementação. Financiamento de políticas públicas. Questões práticas, institucionais e orçamentárias. Instrumentos jurídicos.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Ciclo de Políticas Públicas: monitoramento, avaliação e controle.

Ementa: Monitoramento de políticas públicas. Avaliação. Critérios e métodos. Revisão e aprimoramento de políticas públicas. Fiscalização e controle da execução da política pública por meio da atuação da sociedade civil e dos órgãos de controle.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Judicialização de políticas públicas e diálogos interinstitucionais.

Ementa: Políticas públicas e efetividade dos direitos fundamentais. Judicialização: possibilidades e limites. Diálogos interinstitucionais.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Governança, compliance e políticas públicas.

Ementa: Os novos paradigmas do Estado, a Administração e as políticas públicas. Governança, transparência, participação e acesso à informação. Compliance e conformidade.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BRASIL. Controladoria Geral da União. Manual para a implementação de Programas de Integridade. Orientações para o Setor Público. CGU. Brasília, 2017. Disponível em https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profpif.pdf

BIRKLAND, Thomas A. An introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making. 3ª ed. New York: M. E. Sharp, 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. DUARTE, Clarice Seixas. Judicialização da saúde: a visão do Poder Executivo. São Paulo: Saraiva, 2017.

COUTINHO, Diogo R. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, Eduardo; FÁRIA, Carlos AP. (Orgs.). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 2013.

DYE, Thomas. Understanding public policy. 6ª ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1987.

EASTON, David. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GERSTON, Larry N. Public policy making: process and principles. 3ª ed. New York: M. E. Sharpe, 2010.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. IPEA: Brasília, 2014.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas-uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LINDBLOM, Charles Edward. O processo de decisão política. Ed. Univ. Brasília, 1981.

LEJANO, Raul P. Frameworks for policy analysis: merging text and context. Routledge, 2006.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. Direito Administrativo e Políticas Públicas: o debate atual. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; SCHIRATO, Vítor Rhein; MIGUEL, Luiz Felipe Miguel. (Orgs.). Direito Público em Evolução: estudos em homenagem à Professora Odete Medauar. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v. 1, p. 177-202.

SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Editora UnB, 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cenage Learning, 2010.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETACHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, pp. 65-86.

TRUBEK, David M.; COUTINHO, Diogo R.; SCHAPIRO, Mario. Towards a new law and development: new state activism in Brazil and the challenge for legal institutions. Univ. of Wisconsin Legal studies Research Paper, n. 1207, 2012.

WU, XUN et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, Sérgio de; ANASTASIA, Fátima. Governança, "accountability" e responsividade. Revista de Economia Política, v. 22, n. 1, p. 85, 2002.

BACHACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. American Political Science Review, 56, 1962.

BOURCIER, Danièle; BOULET, Romain; MAZZEGA, Pierre. Politiques publiques, systèmes complexes. Paris: Hermann Éditeurs, 2012.

CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany & ROMÃO, Wagner. Sociedade civil e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Chapecó: Argos, 2014.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e Governança das Políticas Públicas. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 1, 2013.

DYE, T.R. The policy analysis. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

EASTON, D. The political system. New York: Willey, 1953.

ETZIONI, A. Mixed-scanning: a third approach to decision-making. Public Administration Review, 27, 1967.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, 21, jun., 2000.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. Revista de Ciências Humanas, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

GUIVANT, Julia S.; CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil. Ciência, Tecnologia e Sociedade: novos modelos de governança, p. 47-85, 2005.

KINGDON, John W.; THURBER, James A. Agendas, alternatives, and public policies. Boston: Little, Brown, 1984.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. FGV Editora, 2005.

PIRES, Roberto Rocha C. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. IPEA: Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogosdesenvol07.pdf

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 34, p. 63-83, 2009.

SABBATIER, P. Theories of the policy process. Boulder: WestView Press, 1999.

SABATIER, P., JENKINS, S.H.C. Policy Change and learning: an advocacy coalition approach. Westview Press, 1993.

SARAIVA, Enrique. Políticas públicas: coletânea. ENAP, 2006.

TAYLOR, P. &, HALL, R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, 58: 193-224, 2003.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. Annual Review of Political Science, 2: 369-404, 1999.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

KINGDON, John W.; THURBER, James A. Agendas, alternatives, and public policies. Boston: Little, Brown, 1984.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. FGV Editora, 2005.

PIRES, Roberto Rocha C. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. IPEA: Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogo sdesenvol07.pdf

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 34, p. 6383, 2009.

SABBATIER, P. Theories of the policy process. Boulder: WestView Press, 1999.

SABATIER, P., JENKINS, S.H.C. Policy Change and learning: an advocacy coalition approach. Westview Press, 1993.

SARAIVA, Enrique. Políticas públicas: coletânea. ENAP, 2006.

TAYLOR, P. &, HALL, R. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, 58: 193-224, 2003.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. Annual Review of Political Science, 2: 369-404, 1999.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

MÓDULO VI - Direito Ambiental e Sustentabilidade

Coordenação: NATHALIE CARVALHO GIORDANO MACEDO

Carga Horária: 18h

Ementa: Direito Ambiental Constitucional: art. 225 da CRFB, repartição de competências e princípios do Direito Ambiental. Sustentabilidade. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. Infrações administrativas ambientais. Responsabilidade pela reparação do dano ambiental. Sistemas nacional e estadual de recursos hídricos. Proteção jurídica da biodiversidade: Código Florestal, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Lei da Mata Atlântica.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Estudar os principais tópicos do Direito Ambiental contemporâneo, bem como apresentar noções de sustentabilidade em suas três principais vertentes: ecológica, econômico financeira e social.

Objetivos Específicos: Produzir análise teórica e prática, por meio de estudo de casos concretos, em temas essenciais do Direito Ambiental. Analisar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em temas controvertidos e atuais. Apresentar em cada aula questões relacionadas ao direito ambiental federal e também as peculiaridades da legislação do Estado do Rio.

Metodologia: As aulas terão cunho expositivo e deverão promover a interação entre os alunos e entre eles e o professor, por meio de debates e estudo de casos concretos e de textos. Os alunos devem efetuar a leitura prévia dos textos e dos casos que serão discutidos em sala de aula.

Programa: Direito Ambiental Constitucional. Sustentabilidade. Exame do art. 225 da CRFB. Repartição de competências legislativas e executivas em matéria ambiental. Princípios do Direito Ambiental. Sustentabilidade. As três dimensões da sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. Breves noções sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Licenciamento Ambiental federal. Licenciamento ambiental estadual N e o novo Decreto do SELCA Sistema de licenciamento e controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Ambientais. Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Audiência pública. Infrações administrativas ambientais. Poder de Polícia ambiental. Diferença entre sanção administrativa e medida de polícia. Demolições administrativas na defesa do meio ambiente. Infração administrativa. Responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Responsabilidade objetiva x Responsabilidade subjetiva. Pro-

cesso administrativo em âmbito federal. Processo administrativo em âmbito estadual. Termo de compromisso e conversão de multas. Responsabilidade pela reparação do dano ambiental. Os elementos caracterizadores da responsabilidade pelo dano ambiental. A responsabilidade civil objetiva. Nexo causal. Teoria do risco integral. Teoria do risco administrativo. Inversão do ônus da prova. Dano ambiental. Características. Dano ambiental individual e coletivo. Dano moral ambiental. O Termo de Ajustamento de conduta para prevenir ou reparar danos ambientais. Sistemas nacional e estadual de recursos hídricos. Noções de direito das águas e de recursos hídricos. Conceitos. Dominalidade. Uso da água e a respectiva cobrança. Outorga. Gestão qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências. Política Estadual de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências. Proteção jurídica da biodiversidade: Código Florestal, Lei do SNUC e Lei da Mata Atlântica. Noções de espaços territoriais especialmente protegidos. Espécies. Criação, modificação e extinção dos espaços protegidos. Código Florestal. Áreas de preservação permanente (APP). Reserva legal. A lei do sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC). Unidades de proteção integral. Unidades de Uso sustentável. A Lei da Mata Atlântica. Base constitucional e legal. Classificação da vegetação de mata atlântica. Hipóteses de supressão.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Alexandre Siuffo Scheneider, Carlos da Costa e Silva Filho, Cristiane Jaccoud, Danielle de Andrade Moreira, Fábio Santos Macedo, Fernando Cavalcanti Walcacer, José Alexandre Maximino Mota, José Marcos Rodrigues Filho, Leonardo David Quintanilha de Oliveira, Marcos André Bruxel Saes, Oscar Graça Couto Neto, Nathalie Carvalho Giordano, Paulo de Bessa Antunes, Rafael Daudt D'Oliveira, Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, Virginia Totti Guimarães.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Direito Ambiental Constitucional. Sustentabilidade.

Ementa: Exame do art. 225 da CRFB. Repartição de competências legislativas e executivas em matéria ambiental. Princípios do Direito Ambiental. Sustentabilidade. As três dimensões da sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental.

Ementa: Breves noções sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental. Licenciamento Ambiental federal. Licença mento ambiental estadual e o novo Decreto do SELCA Sistema de licenciamento e controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Estudos Ambientais. Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Audiência pública.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Infrações Administrativas Ambientais

Ementa: Poder de Polícia ambiental. Diferença entre sanção administrativa e medida de polícia. Demolições administrativas na defesa do meio ambiente. Infração administrativa. Responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Responsabilidade objetiva x responsabilidade de subjetiva. Processo administrativo em âmbito federal. Processo administrativo em âmbito estadual. Termo de compromisso e conversão de multas.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Responsabilidade pela reparação do dano ambiental

Ementa: Os elementos caracterizadores da responsabilidade pelo dano ambiental. A responsabilidade civil objetiva. Nexo causal. Teoria do risco integral. Teoria do risco administrativo. Inversão do ônus da prova. Dano ambiental. Características. Dano ambiental individual e coletivo. Dano moral ambiental. O Termo de Ajustamento de conduta para prevenir ou reparar danos ambientais.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Sistemas nacional e estadual de recursos hídricos

Ementa: Noções de direito das águas e de recursos hídricos. Conceitos. Dominalidade. Uso da água e a respectiva cobrança. Outorga. Gestão qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências. Política Estadual de Recursos Hídricos. Atores envolvidos e suas respectivas competências.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Proteção jurídica da biodiversidade: Código Florestal, Lei do SNUC e Lei da Mata Atlântica.

Ementa: Noções de espaços territoriais especialmente protegidos. Espécies. Criação, modificação e extinção dos espaços protegidos. Código Florestal. Áreas de preservação permanente (APP). Reserva legal. A lei do sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC). Unidades de proteção integral. Unidades de Uso sustentável. A Lei da Mata Atlântica. Base constitucional e legal. Classificação da vegetação de mata atlântica. Hipóteses de supressão.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

MACHADO, Paulo Affonso Leme, Direito Ambiental Brasileiro, (edição mais nova).

MILARÉ, Édís, Direito do Ambiente (edição mais nova). ANTUNES, Paulo de Bessa, Direito Ambiental (edição mais nova).

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva (edição mais nova).

Aula 1:

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais (edição mais nova).

ANTUNES, Paulo de Bessa, Federalismo e Competências Ambientais no Brasil (edição mais nova).

CANOTILHO, J.J. Gomes, «O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional», Revista de Estudos Politécnicos (Polytechnical Studies Review), 2010, Vol. VIII, nº 13, 007 018, ISSN: 16459911, disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n13/n13a02>, acesso em 23/12/2014.

DAUDT D'OLIVEIRA, Rafael Lima, "Princípio da Sustentabilidade", Wi kiLawGlossário Jurídico On Line, Universidade de Coimbra, In «https://wikiglaw.fd.uc.pt/mediawiki/index.php/Princ%C3%ADpio_da_Sustentabilidade», acesso em 21/01/2020.

Aula 2:

BIM, Eduardo Fortunato, Licenciamento Ambiental, Fórum, 2018. FARIAS, Talden, Licenciamento Ambiental: Aspectos Teóricos e Práticos. Fórum, 2018.

Aula 3:

FREITAS, Vladimir Passos de. Direito Administrativo e meio ambiente. Curitiba: Jurua, 2004.

NETO, Nicolao Dino et al., Crimes e Infrações Administrativas Ambientais, Del Rey, 2011.

DAVALIBI, Marcelo. "O poder de polícia em matéria ambiental". In Revista de Direito Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 04, nº 14, abr./jun. 1999.

Aula 4:

MORATO LEITE, José Rubens, AYALA, Patryck de Araújo, Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial, 7ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2015.

MOREIRA, Danielle de Andrade, Responsabilidade ambiental pósconsumo: Prevenção e reparação de danos à luz do princípio do poluidor pagador, Letras jurídicas, 2014.

Aula 5:

GRANZIERA, Maria Luiza Machado, Direito de Águas: Disciplina Jurídica das Águas Doces, 4ª edição, Atlas, 2014.

POMPEU, Cid Tomanik, Direito de Águas no Brasil, RT, 2006.

Aula 6:

MACHADO, Paulo Afonso Leme, MILARÉ, Edis (Org.), Novo Código Florestal: comentários à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, à Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e ao Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012, 2ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2013, especialmente pp. 6679 (definições); 155165; 175186 (APP); 229289 (reserva legal); 307316 (CAR).

ANTUNES, Paulo de Bessa, Áreas protegidas e propriedade constitucional (edição mais nova).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Aula 1:

SILVA, José Afonso, Direito Ambiental Constitucional, Malheiros, São Paulo (edição mais nova).

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato, Direito Constitucional Ambiental Brasileiro, Saraiva: São Paulo (edição mais nova)

HORTA, Raul Machado. Repartição de competências na Constituição Federal de 1988. In: Revista Trimestral de Direito Público, v. 2. São Paulo: Malheiros, 1993.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. "Princípios Fundamentais do Direito Ambiental". In: Revista de Direito Ambiental, vol. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

CANDEIRA, Alejandro Lago, «Principios Generales de Derecho Ambiental», in Diccionario de Derecho Ambiental, Iustel, Madrid, 2006, pp. 9851000.

ELKINGTON, John, Cannibals with Forks: Triple Bottom Line of 21st Century Business, Capstone Publ., Oxford, 1997.

CASALTA NABAIS, José. «A crise do Estado fiscal», in Trajectórias de sustentabilidade, tributação e investimento, coordenação de Suzana Tavares da Silva e Maria de Fátima Ribeiro, Coimbra, Instituto Jurídico (FDUC), 2014, pp. 1959.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, «Planeamento Urbanístico e Sustentabilidade Social», in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, vol. IV, Studia Iuridica 105, Universidade de Coimbra/Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 501522.

PIRES, Sara Moreno, «Medir a Desmaterialização e o Desenvolvimento Sustentável: os Indicadores e os seus Dilemas», in RevCEDOUA, no 29, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 1124.

Aula 2:

OLIVEIRA, Antônio Inagê de Assis, O licenciamento ambiental, Iglu, São Paulo, 1999.

GUERRA, Sidney. O Licenciamento Ambiental de Acordo com a LC 140/2011. Revista de Direito Ambiental nº. 66/2012.

WALCACER, Fernando Cavalcanti et al, "Notas sobre a LC 140/2011", Revista de Direito Ambiental nº 70/2013.

GOMES, Carla Amado, Risco e Modificação do Acto Autorizativo Concretizador de Deveres de Protecção do Ambiente, Coimbra Ed., Coimbra, 2007.

Aula 3:

MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar. "Infrações Administrativas e ambientais no Estado do Rio de Janeiro: notas sobre a Lei n. 3.467/2000". In Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado, 2004, nº 58.

ÓSORIO, Fábio Medina. Direito administrativo sancionador. São Paulo: RT, 2000.

BINENBOJM, Gustavo, Poder de polícia, ordenação, regulação: Transformações Político-Jurídicas, Econômicas e Institucionais do Direito Administrativo Ordenador, Fórum, 2017.

Aula 4:

ANTUNES, Paulo de Bessa, Dano Ambiental: Uma Abordagem conceitual (edição mais nova).

Aula 5:

FREITAS, Vladimir Passos de, Águas: aspectos jurídicos e ambientais, Jurua (edição mais nova)

Aula 6:

BENJAMIN, Antônio Herman V., "Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação", in Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação, Antônio Herman V. Benjamin (Org.), Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, pp. 276316.

MILANO, Miguel Serediuk, "Unidades de Conservação Técnica, Lei e Ética para a conservação da biodiversidade", in Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação, Antônio Herman V. Benjamin (Org.), Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, pp. 341.

DAUDT D'OLIVEIRA, Rafael Lima, "Estudo de caso Parecer AS JUR/FEEMA/PGE RD 04/08", in Direito Ambiental e funções Essenciais à Justiça O papel da Advocacia de Estado e da Defensoria Pública na Proteção do Meio Ambiente, Antônio Herman Benjamin Guilherme José Purvin de Figueiredo (Org), Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011, pp. 487515.

DAUDT D'OLIVEIRA, Rafael Lima, "Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente FEEMA Parecer RD 04/2007", in. Revista de Direito da ProcuradoriaGeral do Estado do Rio de Janeiro, vol. 64, 2008, pp. 368391.

MÓDULO VII - Tópicos Avançados de Direito Financeiro e Tributário
Coordenação: FABRICIO DO ROZÁRIO VALLE DANTAS LEITE e MARCOS BUENO BRANDÃO DA PENHA

Carga Horária: 18h

Ementa: Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado. Política Fiscal. Finanças Públicas e Direitos Fundamentais. Constituição Financeira. Princípios Gerais de Direito Financeiro. Constituição Orçamentária. Princípios Constitucionais Orçamentários. Orçamento Público. Receita Pública. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Despesa Pública. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Execução Orçamentária. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Fiscalização e Controle. Direito Tributário. Tributação e Direitos Fundamentais. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias. Sistema Tributário Nacional. Tributo. Espécies Tributárias. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. ICMS, IPVA, ITD, II, IE, IR, IPI, IOF, ITR, IGF, IPTU, ISS, ITBI. Contribuições da Seguridade Social. CSLL, COFINS, PIS. Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Relação Jurídica Tributária. Obrigação Tributária. Elementos. Sujeitos. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Crédito Tributário. Modalidades do Lançamento. Extinção, Suspensão e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências. Infrações Tributárias. Sanções Tributárias. Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Processo Administrativo Tributário. Conselho de Contribuintes. Dívida Ativa. Processo Judicial Tributário. Noções de tributação internacional. Tratados. Bitributação. BEPS.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Difundir conhecimento teórico e prático sobre questões avançadas e atuais do Direito Financeiro e Tributário de interesse da advocacia pública.

Objetivos Específicos: Debater as principais questões controvertidas de Direito Financeiro e Tributário, bem como estimular a análise crítica tanto da doutrina como da jurisprudência administrativa e judicial mais atual sobre a temática.

Metodologia: Aulas expositivas, com possibilidade de solicitação de leituras prévias de textos sobre as matérias, bem como realização de debates em sala de aula. Eventuais palestras de convidados.

Programa: Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado. Política Fiscal. Finanças Públicas e Direitos Fundamentais. Constituição Financeira. Princípios Gerais de Direito Financeiro. Constituição Orçamentária. Princípios Constitucionais Orçamentários. Orçamento Público. Controle e Execução Orçamentária. Crédito Público. Direito Tributário. Tributação e Direitos Fundamentais. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias. Sistema Tributário Nacional. Tributos. Relação Jurídica Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Infrações e Sanções Tributárias. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Administração Tributária.

Critério de Avaliação: Trabalho escrito sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Bernardo de Abreu Guelber Fajardo, Daniel de Souza Vellame, Fabrício do Rozário Valle Dantas Leite, João Paulo Melo do Nascimento, Júlia Silva Araújo Carneiro, Marcos Bueno Brandão da Penha, Nicola Tutungi Júnior, Nilson Furtado de Oliveira Filho, Rafael Gaia Edais Pepe, Raphael Antonio Nogueira, Theophilo Antônio Miguel Filho, Vitor Paiva Fiorindo.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO FINANCEIRO

Ementa: Atividade Financeira do Estado. Conceito de Política Fiscal. Política Fiscal Conjuntural e Estrutural. A Política Fiscal, a Economia e o Direito. Evolução do Direito Constitucional Financeiro. Finanças Públicas e Direitos Fundamentais. Constituição Financeira. Princípios Gerais de Direito Financeiro. A Trajetória do Endividamento Subnacional: da Constituição de 1988, até a Lei de Responsabilidade Fiscal e suas Modificações Posteriores. Constituição Orçamentária. Princípios Constitucionais Orçamentários. Orçamento Público. Receita Pública:

Conceito e Classificação. Discriminação de Rendas. Renúncias de Receita. Despesa Pública. Orçamento e Planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Orçamento Participativo. Elaboração do Orçamento. Gestão do Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal. Fiscalização e Controle. Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime Constitucional e Legal dos Gastos Tributários e a Análise Qualitativa do Gasto Público. O Regime de Recuperação Fiscal. A Emenda Constitucional 95/16 e o Teto Fiscal. A Emenda Constitucional 109/2020 e a Sustentabilidade Financeira. O Regime de Recuperação Fiscal, suas Evoluções e suas Controvérsias Judiciais. O Novo Arcabouço Fiscal.

2ª Aula (3h-aula). Tema: POLÊMICOS DE TEORIA GERAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

Ementa: Tributação e Direitos Fundamentais. Princípios Constitucionais Tributários. Limitações ao Poder de Tributar. Imunidades Tributárias. Sistema Tributário Nacional. Discriminação de Rendas. Atribuição de Competência e Repartição de Receitas. Tributo. Espécies Tributárias. Relação Jurídica Tributária. Obrigação Tributária. Elementos. Sujeitos. Fato Gerador. Evasão e Elisão. Crédito Tributário. Constituição, Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades do Lançamento. Imunidade. Isenção. Não incidência. Prescrição e Decadência Tributárias. Interpretação e Aplicação da Legislação Tributária. Infrações e Sanções Tributárias.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Aspectos Controvertidos da Execução Fiscal: entre a efetividade da cobrança do crédito tributário e a transação tributária como instrumento de política fiscal.

Ementa: Crédito Tributário. Garantias do Crédito Tributário: Privilégios e Preferências. Administração Tributária. Fiscalização Tributária. Grupos Econômicos. Dívida Ativa. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário. Transação Tributária. Transação Tributária em Contexto de Regime de Recuperação Fiscal. O Negócio Jurídico Processual na Cobrança do Crédito Tributário.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Temas controvertidos dos tributos federais e dos tributos municipais.

Ementa: Fundamentos do Imposto sobre a Renda. Princípios gerais. IRPF e IRPJ. Conceito Constitucional de Renda. Aquisição Econômica e Jurídica de Renda. Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL. Juros sobre Capital Próprio - JCP. Tributação da Remessa de Lucro para o Exterior como Aspecto da Política Fiscal Nacional. A Tributação de Bens no Exterior sob o Prisma Federal. Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Impostos sobre o Comércio Exterior. Imposto de Importação - II. Imposto de Exportação - IE. Taxas e Outros Tributos Aduaneiros. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Imposto Territorial Rural - ITR. Contribuições Sociais. Contribuições Especiais. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico. Contribuições Residuais. Planejamento Tributário nos Tributos Federais no Contexto Internacional. Prevenção de Abuso dos Tratados. Erosão da Base Tributável e Transferência de Resultados - BEPS. Imposto Municipal sobre Serviços - ISS. Fato Gerador e Base de Cálculo. Sujeitos Ativo e Passivo. Conceito de Serviço. Serviços Compreendidos na Competência Municipal. Relações ente ISS e ICMS: Fornecimento Simultâneo de Mercadorias e Serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Temas controvertidos dos tributos estaduais - Parte 1

Ementa: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Histórico. Fato Gerador. Conceitos de Operações, Circulação e Mercadorias. ICMS: Não-Cumulatividade. Natureza e Regime dos Créditos Fiscais. ICMS: Base de Cálculo e Alíquota. ICMS: Neutralidade e Seletividade. ICMS: Regime de Substituição Tributária. ICMS na Importação. Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Processo Administrativo Tributário. Conselho de Contribuintes.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Temas controvertidos dos tributos estaduais - Parte 2

Ementa: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Histórico. Fato Gerador. Conceitos de Operações, Circulação e Mercadorias. ICMS: Não-Cumulatividade. Natureza e Regime dos Créditos Fiscais. ICMS: Base de Cálculo e Alíquota. ICMS: Neutralidade e Seletividade. ICMS: Regime de Substituição Tributária. ICMS na Importação. Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. Processo Administrativo Tributário. Conselho de Contribuintes.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2018

ABRAHAM, Marcus. O planejamento tributário e o direito privado. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2023

ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004

BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7ª ed. atualizada por Misabel Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BOMFIM, Gilson. Incentivos Tributários: conceituação, limites e controle. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

CARNEIRO, Júlia Silva Araújo. O devedor contumaz no Direito Tributário: premissas teóricas, conceito e regime jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2021

CARRAZZA, Roque Antonio. ICMS. 18ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020

CONRADO, Paulo César; ARAÚJO, Juliana Furtado Costa (coord). Transação tributária na prática da Lei nº 13.988/2020. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020

FEITOSA, Maurine Morgan Pimentel. O conflito de competência entre o ICMS e o ISS. Um estudo de casos na era da internet. Belo Horizonte: Fórum, 2022

LEITE, Fabrício Dantas. Direito financeiro estratégico. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022

GRECO, Marco Aurélio. Planejamento Tributário. 4ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019

LOBO, Rogério Leite. Federalismo Fiscal Brasileiro: discriminação das rendas tributárias e centralidade normativa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006

MELO, Eduardo Soares de; CORAZZA, Edison Aurélio (coord). ICMS: temas fundamentais. São Paulo: Quartier Latin, 2018

MELO, José Eduardo Soares de. ICMS: teoria e prática. 15ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2020

MOREIRA, André Mendes. A não-cumulatividade dos tributos. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2020

NASCIMENTO, João Paulo Melo do. Ativismo judicial no sistema tributário nacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. ICMS no Estado do Rio de Janeiro: teoria e prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021

OLIVEIRA, Regis Fernandes. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Malheiros, 2019

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. São Paulo: Saraiva Educação, 2020

PENHA, Marcos Bueno Brandão da. Sanções não pecuniárias no direito tributário: análise crítica da doutrina e da jurisprudência acerca das denominadas sanções políticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016

PENHA, Marcos Bueno Brandão da. Tributação e Direitos Humanos: as políticas tributárias dos estados, as condutas tributárias abusivas das empresas e os direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023

PENHA, Marcos Bueno Brandão da; TUTUNGI JÚNIOR, Nicola (Org.). Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro. Volume XXII, Direito Tributário: Federalismo e Guerra Fiscal. Rio de Janeiro: APERJ, 2014

QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. Imposto de renda: requisitos para uma tributação constitucional. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2020

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Tributos (teoria geral e espécies). Niterói: Impetus, 2013

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Justiça, interpretação e elisão tributária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

ROCHA, Sergio André. Fundamentos do direito tributário brasileiro. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2023

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro & direito tributário. 19ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SCHOUERI, Luís Eduardo, MOSQUERA, Roberto Quiroga. Manual da tributação direta da renda. Fernando Aurelio Zilveti (editor). São Paulo: IBDT, 2020.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário. 9ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019

SILVA, Paulo Roberto Coimbra. Direito Tributário Sancionador. São Paulo: Quartier Latin, 2007

TORRES, Heleno Taveira. Direito constitucional financeiro: teoria da constituição financeira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2018

TORRES, Ricardo Lobo. Normas de interpretação e integração do direito tributário. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006

TORRES, Ricardo Lobo. Planejamento tributário: elisão abusiva e evasão fiscal. 2a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. I - Constituição financeira, sistema tributário e estado fiscal. Rio de Janeiro: Renovar, 2009

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. II - valores e princípios constitucionais tributários. Rio de Janeiro: Renovar, 2005

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. III - os direitos humanos e a tributação: imunidades e isonomia. 3a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. IV - os tributos na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2007

TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. V - o orçamento na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008

financeiro e tributário o orçamento na constituição Vol. V. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MÓDULO VIII - Sistemas de Integridade Pública e Privada
Coordenação: BRUNO FERNANDES DIAS
Carga Horária: 15h
Ementa: Sistemas de integridade pública e privada. Distinções. Lei 12.846/2013 e sua regulamentação e aplicação no âmbito federal e pelos demais entes da federação. O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de acordo com a Lei nº 12.846/13 e sua regulamentação. Acordos de Leniência e Resolução Negociada em casos de corrupção. Aspectos peculiares da sistemática anticorrupção no Estado do Rio de Janeiro.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Fornecer aos alunos as bases para compreender a subjectologia e as regras vigentes no direito brasileiro a respeito da promoção da integridade nas esferas pública e privada.

Objetivos Específicos: Com uma visão focada na atuação da Advocacia Pública, pretende-se capacitar o aluno para exercer análise de risco de integridade na prática de atos administrativos e na conformação de políticas públicas, bem como para operacionalizar procedimentos de responsabilização em sede administrativa e judicial.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas, com prévia leitura de material e debates em sala de aula.

Programa: Introdução. Instrumentos normativos da Integridade. Princípios norteadores da promoção da Integridade. Acordos de Leniência. Estudo de casos relevantes. Discussão de caso gerador.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito em grupo, baseado em caso concreto.

Corpo Docente: André Uryn, Antônio Nóbrega, Bernardo Bichara, Bruno Boquimpani, Bruno Fernandes Dias, Davi Marques, Felipe Rocha Deiab, João Manoel Andrade Maciel da Silva Campos Galdi, Joaquim Pedro Roh, Paulo Enrique Mainier, Rafael Mendes Gomes, Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Victor de Aguiar Carvalho.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Introdução ao problema da promoção da integridade no contexto da Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro

Ementa: Noções elementares da sistemática de integridade pública e privada e de combate à corrupção. Bases Normativas relevantes em matéria de integridade pública e privada. Prevenção, detecção e punição de condutas desviantes. Integridade na prática de atos administrativos e na conformação de políticas públicas. Pareceres PGE sobre temas de Auditoria, Ouvidoria, Corregedoria, Transparência, Leniência, Responsabilização Administrativa. Análise sistemática dos instrumentos normativos relacionados à integridade. Instrumentos Internacionais. Instrumentos Estrangeiros. Instrumentos Nacionais. Instrumentos Estaduais.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Princípios e institutos da Promoção da Integridade no setor público e no setor privado

Ementa: Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade. Análise de riscos e Controles internos. Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos na interação com o poder público. Canais de denúncias e diligências apropriadas. Monitoramento.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Acordo de Leniência

Ementa: Elementos econômicos, jurídicos e institucionais dos acordos de Leniência. Requisitos e possíveis benefícios a serem negociados. Análise documental de termos firmados. Propina. Enriquecimento ilícito. Multa administrativa da Lei Anticorrupção. Multa Civil da Lei de Improbidade.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Discussão de casos e desdobramentos da Operação Lava-Jato

Ementa: Elementos econômicos, jurídicos e institucionais dos acordos de Leniência. Requisitos e possíveis benefícios a serem negociados. Análise documental de termos firmados. Propina. Enriquecimento ilícito. Multa administrativa da Lei Anticorrupção. Multa Civil da Lei de Improbidade.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Resolução de um caso concreto e avaliação

Ementa: Identificação de responsável. Presença de programa de integridade. Prescrição e Decadência. Concomitância de procedimentos. Quantificação do dano. Vedação de contratar. Reparação do Dano. Multa.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

Coletânea CGU

Controladoria Geral da União. Coleção Programa de Integridade. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/colecaoprogramadeintegridade>

Destaques da Obra CGU

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Guia prático de implementação de programa de integridade pública. Orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/arquivos/integridade2018.pdf>.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Guia prático de gestão de riscos para a integridade. Orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/arquivos/ma_nalgestaoderiscos.pdf.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Manual prático de avaliação de programa de integridade em PAR. Disponível em https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/arquivos/ma_nualpraticointegridadepar.pdf.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Manual para implementação de programas de integridade. Orientações para o setor público. Disponível em https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/arquivos/manual_profip.pdf.

Controladoria-Geral da União. Guia de integridade pública. Orientações para a administração pública federal: direta, autárquica e fundacional. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/arquivos/guiaintegridadepublica.pdf>.

Controladoria-Geral da União. Guia de implantação de programa de

integridade nas empresas estatais. Orientações para a gestão da integridade nas empresas estatais federais. Disponível em https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/eticaeintegridade/arquivos/guia_es_tatais_final.pdf.

Informações gerais no site da CGU: https://www.cgu.gov.br/assun_tos/eticaeintegridade/programadeintegridade.

Materiais de Organizações ANAC. Plano de integridade. Disponível em <https://www.anac.gov.br/acessoainformacao/acoesprogramas/arquivos/PlanodeIntegridadeFINALv2.pdf>.

CORREIOS. Programa de integridade dos Correios. Disponível em <https://www.correios.com.br/acessoainformacao/institucional/publicacoes/programadeintegridade>.

Ministério da Fazenda. Comitê de Gestão de Riscos, Controle e Integridade CGRCI. Plano de integridade do Ministério da Fazenda. 20182019. Disponível em http://www.fazenda.gov.br/pmimf/frentesdeatuacao/gestaoderiscos/arquivos/20180813planodeintegridadefm_fanexorescgrci04.pdf.

OCDE. Avaliação da OCDE Sobre o Sistema de Integridade da Administração Pública Federal Brasileira. Gerenciando Riscos por uma Administração Pública Integra. 2011. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacaointernacional/convencaodaocde/arquivos/avaliacaointegridadebrasileiraocde.pdf>.

OCDE. Recomendação do conselho da OCDE sobre integridade pública. Disponível em <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrityrecomendationbrazilianportuguese.pdf>.

Petrobras. Programa Petrobras de prevenção da corrupção. Disponível em https://www.investidorpetrobras.com.br/fck_temp/1015_2/file/ProgramaPetrobrasPrevencaoCorrupcaoPortugues.pdf.

Doutrina

ALMEIDA FILHO, Jorge Celso Fleming de Almeida Filho Fleming de. Lei anticorrupção e compliance nas empresas: considerações sobre a Lei 12.846/2013. Revista de Direito da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro APERJ, v. 25, 2016.

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; CAVALCANTE, Rafael Jardim; COELHO, Sylvio Kelsen. Empresas Estatais: Governança, Compliance, Integridade e Contratações. Belo Horizonte: Fórum, 2019. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3967>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ANDRADE, J. P. S. d.. (2017). O combate à corrupção no Brasil e a lei n. 12.846/2013: A busca pela efetividade da lei e celeridade do processo de responsabilização através do acordo de leniência. Rev. Digit. Direito Adm. Revista Digital De Direito Administrativo, 4(1), 170.

ATHAYDE, A. (2109). Manual dos acordos de leniência do Brasil: Teoria e prática. Fórum.

BARETT, Pat. Achieving Better Practice Corporate Governance in the Public Sector. Australian National Audit Office. 26.06.2002. Disponível em: https://www.anao.gov.au/sites/g/files/net1661/f/Barrett_achieving_better_practice_corporate_governance_in_the_public_sector_2002.pdf.

CANETTI, R. C. (2018). Acordo de leniência: Fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro Fórum.

CAPANEMA, Renato de Oliveira. Compliance empresarial como mecanismo de redução da corrupção: o papel da coordenação geral de integridade da CGU. 2016.

CARPENA, Heloísa. Compliance nas contratações com o Estado do Rio de Janeiro: Lei nº 7.753 torna obrigatórios os programas de integridade e afronta seu principal atributo. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=/www.jota.info/opiniaoesanalise/artigos/compliancenascontratacoescomoestadodoriodejaneiro03102018. Acesso 15 jan. 2020.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância: à luz da jurisprudência dos Tribunais e da casuística da Administração Pública. 5. ed. rev. atual. e aum. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 249253.

CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de; GONÇALVES, Francine Silva Pacheco. Compliance e Gestão de Riscos Nas Empresas Estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2018. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1782>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de; ZILIOOTTO, Mirela Miró. Compliance Nas Contratações Públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2019. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3888>. Acesso em: 15 jan. 2020.

COUTINHO, Leandro de Matos. Compliance anticorrupção: a Lei das Estatais e a defesa do Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.LIMA, Danielle Pinheiro Diógenes. Compliance: prevenção de responsabilidades nos negócios e contratos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CUÉLLAR, Leila. PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. A advocacia pública e combate à corrupção: destaque às corrupções da Lei Anticorrupção. In BARBUGIANI, Luiz Henrique Sormani (Coord.). Prerrogativas da advocacia pública: direitos não são benefícios, mas instrumentos da democracia para uma atuação eficiente e ética no trato da coisa pública. Belo Horizonte: Fórum, 2016. P. 55/84.

DA SILVA, Vania Mendes Ramos. Gestão Pública e Compliance: Possibilidades de contribuição da Advocacia Pública na construção dos valores de probidade e contra a corrupção. Publicações da Escola da AGU, v. 11, n. 2, 2019.

DE MESQUITA, Camila Bindilatti Carli. O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1089 (25 de abril de 2018) da Controlaria-Geral da União (CGU). Journal of Law and Regulation, v. 5, n. 1, p. 147182, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. (2017). Lei anticorrupção comentada

DIAS, Bruno Fernandes. O papel da advocacia pública nos programas de integridade para o combate à corrupção nas empresas. Fórum Administrativo FA, Belo Horizonte, ano 16, n. 182, abr. 2016. Dispo nível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicntd=240102>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. (2016). Comentários sobre a lei anticorrupção.

DOS SANTOS, Mariana Costa. Compliance na administração pública: uma análise crítica sobre a natureza do instituto no setor público diante de outros mecanismos de controle. Lex Cult Revista do CCJF, v. 3, n. 2, p. 94108, 2019.

FERNANDES, J. U. J. (2007). Os limites do poder fiscalizador do Tribunal de Contas do Estado. Id/496874 (Disponível em: http://www2.se.nado.leg.br/bds/bitstream/handle/id/483/r142_15.PDF?sequence=4)

FERNANDES, J. U. J. (2016). Tribunais de Contas do Brasil, volume 3 (4ª ed.). Belo Horizonte: Fórum.

GABARDO, Emerson et al. A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a Administração Pública. A&CRevista de Direito Administrativo & Constitucional, v. 15, n. 60, p. 129147, 2015.

GALRÃO, Marina Caetano Sarraf. Acordo de leniência: Lei nº 12.846/2013 e Decreto Federal nº 8.420/2015. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública RBEFP, Belo Horizonte, ano 6, n. 16, p. 183227, jan./abr. 2017.

GARCIA, Nicolás. (2018). Negociación en casos de corrupción: Fundamentos teóricos y prácticos. Valencia: Tirant lo Blanch.

GOIS, Veruska Sayonara de. A Lei de Compliance e sua Configuração Enquanto Política Pública Regulatória para o Setor Privado Brasileiro. Revista Controle, Belo Horizonte, ano 2014, n. 2, dezembro 2014. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicntd=240916>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOIS, Veruska Sayonara de; SANTOS, Antônia Edneuma dos; ROCHA, Ianara Maressa Macedo da. Marco normativo anticorrupção: desafios para implantação de compliance. 2016.

GUERRA, Gustavo Rabay. Governança ética e compliance: fundamentos da lei anticorrupção brasileira. Parahyba Judiciária, v. 11, n. 11, 2019.

MAIA ALVES, F. S.. (2018). Análise da juridicidade do controle dos acordos de leniência da lei anticorrupção empresarial pelo tribunal de contas da união. Revista da AGU, 17(2).

MARTINI, Maira. U4 Expert Answer: Overview of integrity assessment tools. Disponível em: <https://www.u4.no/publications/overviewofintegrityassessmenttools.pdf>>.

MEDINA Osório, F. (2015). Direito administrativo sancionador. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MENDONÇA, André; NAGLE, Luz Estella; RODRÍGUEZ MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina. Lei Anticorrupção e quatro de seus principais temas: responsabilidade objetiva, desconsideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. Revista de Direito Público da Economia RDPE, Belo Horizonte, ano 12, n. 47, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicntd=204512>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; ACOCELLA, Jéssica. A exigência de programas de compliance e integridade nas contratações públicas: o pioneirismo do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Revista Brasileira de Direito Público, v.17, n.64, jan./mar. p. 930, 2019.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). Revista Brasileira de Direito Público RBDP, Belo Horizonte, ano 12, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdicntd=110791>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironi Aguirre de. Compliance, Gestão de Riscos e Combate À Corrupção. Belo Horizonte: Fórum, 2018. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/1550>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEREIRA NETO, Miguel. A Lei Anticorrupção e a Administração Pública estrangeira. Revista dos Tribunais, vol. 947/2014, p. 331 357, Set/2014.

PORTO, Vinicius (Org.); MARQUES, Jader (Org.) O compliance como instrumento de prevenção e combate à corrupção. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.SCHAMM, Fernanda Santos. Compliance nas contratações públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

REMÉDIO, J. A.; DA SILVA, M. R. (2018). Os acordos de WEBER, Mark. Compliance e responsabilidade empresarial: medidas anticorrupção à luz dos sistemas jurídicos do Brasil e dos Estados Unidos. Curitiba: Juruá, 2018.

ZENKNER, Marcelo. Integridade Governamental e Empresarial. Belo Horizonte: Fórum, 2019. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3877>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ZYMLER, Benjamin; DIOS, Laureano Canabarro. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): uma visão do controle externo. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

MÓDULO IX - Licitações e Contratos Administrativos
Coordenação: FLÁVIO AMARAL GARCIA e RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA
Carga Horária: 24h
Ementa: Licitação e Contratos Administrativos. As premissas da nova lei. Novos Princípios. Função Regulatória. Modalidades de Licitação. Pregão, Concurso, Leilão, Concorrência e Diálogo Competitivo. Agentes da contratação. A fase preparatória das licitações. A divulgação das licitações. Apresentação de Propostas e lances. Critérios de Julgamento. Habilitação. Recursos. Encerramento da Licitação. Disposições setoriais das obras e serviços de engenharia, compras e serviços. Portal Nacional de Contratação Pública. Contratação Direta. Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. Contratos Administrativos. Formalização. Execução. Prerrogativas da Administração Pública. Garantias. O seguro-garantia. Equilíbrio Econômico-Financeiro. Alocação de Riscos. Reajuste, Repactuação e Revisão. Duração. Fiscalização e Gestão. Nulidades. Meios de solução alternativa dos contratos administrativos. O controle das licitações e contratos pelos Tribunais de Contas.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Capacitar o corpo discente na compreensão da disciplina jurídica geral de licitações e contratos, com especial enfoque na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21).

Objetivos Específicos: Discutir os principais elementos teóricos e práticos da disciplina jurídica de licitações e contratos, observadas as principais modificações introduzidas pela Lei nº 14.133/21 e a regulamentação estadual, incluídas as minutas-padrão elaboradas pela Procuradoria-Geral do Estado, de modo a preparar corpo discente para a aplicação concreta de conceitos e preceitos jurídicos relevantes, notadamente no campo da atividade consultiva do Estado do Rio de Janeiro.

Metodologia: Aulas expositivas, com o enfrentamento de casos concretos, sempre que possível e a critério dos professores.

Programa: Conforme plano de aulas apresentado abaixo.

Critério de Avaliação: Trabalho escrito, com tema e limite de páginas a ser definido pelos coordenadores.

Corpo Docente: Flávio Amaral Garcia, Rodrigo Crelier Zambão da Silva, Aline Paola Correa Braga Câmara de Almeida.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: As premissas da nova lei. Uma visão geral das principais novidades. Os novos princípios. A vigência e a convivência dos sistemas. A função regulatória da contratação pública. Modalidades.

2ª Aula (3h-aula). Tema: A fase preparatória. O princípio do planejamento e o plano de contratações anual. O Estudo Técnico Preliminar. A descrição do objeto. O orçamento estimado. A elaboração da minuta do edital, do contrato e dos anexos. O parecer jurídico.

3ª Aula (3h-aula). Tema: A divulgação da licitação. Audiência e Consulta Pública. Impugnação e pedidos de esclarecimentos. Apresentação de propostas e lances. Julgamento e seus critérios. A fase de habilitação. Encerramento da licitação. Recursos Administrativos.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Contratação Direta. Inexigibilidade. Dispensa de Licitação. A formalização da contratação direta. O PNCP.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Os contratos Administrativos. A sua formalização e a sua divulgação. As garantias. A nova modalidade do seguro-garantia.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos. Alocação de Riscos. Reajuste. Revisão. Repactuação. Os pagamentos.

7ª Aula (3h-aula). Tema: As prerrogativas da Administração. Alteração unilateral. Extinção. Fiscalização. Sanções e Ocupação Provisória.

8ª Aula (3h-aula). Tema: A duração e a execução dos contratos. Fiscalização e Gestão Contratual. Nulidade dos contratos. Meios Alternativos de Solução de Conflitos. Controle pelos Tribunais de Contas. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

HEINEN, Juliano. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Salvador: Editora Jus Podium, 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thompson Reuters, 2021.

NIEBUH, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Belo Horizonte: Forum, 2022.

SANTOS, José Anacleto Abduch. Licitações e contratação pública: de acordo com a Lei nº 14.133/21. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

A ser indicada a cada aula, a critério do professor.

MÓDULO X - Direito Empresarial Público
Coordenação: ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA
Carga Horária: 15h
Ementa: Direito Empresarial Público: intervenção do Estado no domínio econômico. Empresas estatais. Participações Minoritárias do Estado. Aspectos Societários. Licitações e Contratos.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Conhecer o regime jurídico das empresas estatais no Brasil, por meio dos seguintes pontos: intervenção do Estado no domínio econômico, princípio da subsidiariedade, formação do capital social, participações minoritárias e diferenças e características comuns entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Objetivos Específicos: Refletir sobre o papel das empresas estatais e a participação estatal na economia brasileira. Refletir sobre formas de controle societário para além das ações com direito a voto. Conhecer e analisar criticamente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de empresas estatais. Conhecer e refletir sobre as regras societárias e de licitações e contratos trazidas pela Lei n. 13.303/2016 e as razões que explicam suas escolhas de arquitetura institucional.

Metodologia: Expositiva e participativa.

Programa: Conforme plano de aulas apresentado abaixo.

Critério de Avaliação: Trabalho escrito.

Corpo Docente: Anna Carolina Migueis Pereira, Carolina Barros Fidalgo, José Vicente Santos de Mendonça, Renato Toledo Cabral Junior. PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Intervenção do estado no domínio econômico: conceitos, fomento e subsidiariedade.

Ementa: Formas de intervenção do Estado no domínio econômico. Estatais prestadoras de serviços públicos. Estatais econômicas. Estatais como instrumento de fomento. Regulação por estatais. Princípio da subsidiariedade.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Tipos de estatais: empresas públicas, sociedades de economia mista e participações minoritárias.

Ementa: Empresa pública. Sociedade de economia mista. Conceito e regime jurídico. Empresas subsidiárias. Participações minoritárias do Estado. Golden shares. Acordo de acionistas.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Regime jurídico das empresas estatais.

Ementa: Criação e extinção de estatais. Alienação de controle societário. Regime de pessoal. Regime de bens. Poder de polícia. Caso BH-Trans. Controle pelos Tribunais de Contas. Regime falimentar. Estatais dependentes.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Lei das Estatais: aspectos societários.

Ementa: Órgãos de decisão: Conselho de Administração e Diretoria. Conselho fiscal. Regras de composição. Regras de transparência. Abuso de poder de controle. Direitos dos minoritários. Responsabilidade dos diretores. Responsabilização de dirigentes e Business Judgment Rule. Aplicação da Lei Anticorrupção. Plano de negócios da estatal.

5ª Aula (3h-aula): Tema: Lei das Estatais: licitações e contratos.

Ementa: Modalidades de licitação. Contratação integrada. Contratação direta. Oportunidades de negócio (art. 28, §§ 3º e 4º).Cláusulas exorbitantes. Duração dos contratos. Subcontratação. Sobrepreço e superfaturamento. Sanções. Arbitragem, mediação e dispute boards.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Empresas Estatais. O regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MENDONÇA, José Vicente; BORGES, Daian. Parcerias estratégicas das estatais: aplicação e controle do art. 28, § 3º, II da Lei das Estatais. Revista de Direito Público da Economia: RDPE, Belo Horizonte, v. 18, n. 71, p. 97-109, jul/set 2020.

MENDONÇA, José Vicente Santos de; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. Fundamentalização

e fundamentalismo na interpretação do princípio constitucional da livre iniciativa.. In: SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de.. (Org.). A Constitucionalização do Direito.. Rio de Janeiro.: Lumen Juris., 2006.

PINTO JR., Mario Engler. Empresa Estatal: função econômica e dilemas societários. São Paulo: Atlas, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani de; PINTO, Henrique Motta. Empresas semistatais. Revista de Direito Público da Economia, v. 36, p. 75-99, 2011.

MÓDULO XI - Direito do Petróleo

Coordenação: PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA

Carga Horária: 12h

Ementa: A indústria do petróleo e do gás natural no Brasil e no mundo. Os regimes jurídicos da indústria do petróleo e do gás natural no Brasil. Os papéis do Poder Executivo Federal, da ANP, da PPSA e da Petrobras. As participações governamentais. Critérios de distribuição dos royalties e participações especiais entre as unidades federadas. As possibilidades e limites do gasto público com os recursos das participações governamentais. Os aspectos geológicos, operacionais, contratuais e regulatórios das atividades de exploração e produção. Conceitos operacionais: as parcerias empresariais na indústria de E&P do petróleo. Depreciação e amortização nas atividades de petróleo e gás. Contratos de arrendamento, afretamento e prestação de serviços de operação de sondas, plataformas e embarcações. Preços de transferência. Regulação das atividades da cadeia do petróleo: importação, exportação, refino, processamento, transporte, distribuição e revenda. Receitas tributárias do petróleo, do gás natural e de seus derivados. Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Capacitar o corpo discente a entender o Direito do Petróleo.

Objetivos Específicos: Discutir os principais elementos teóricos e práticos relacionados ao Direito do Petróleo, apresentando conceitos básicos e noções do setor, com o objetivo de habilitar o corpo discente a realizar uma análise crítica sobre as receitas governamentais do petróleo.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, com ênfase no emprego do método socrático. Apresentação de casos concretos ("casos geradores") para exposição de dificuldades e soluções. Ênfase na compreensão interdisciplinar dos diferentes institutos envolvidos.

Programa: Direito do Petróleo.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um questionário com 5 perguntas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Paulo Enrique Mainier.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Introdução ao Direito do Petróleo.

Ementa: As atividades da cadeia do petróleo: exploração, produção, importação, exportação, refino, processamento, transporte, distribuição, revenda. A origem e a evolução da indústria do petróleo e do gás natural no Brasil e no mundo. Os regimes jurídicos da indústria do petróleo e do gás natural no Brasil: passado, presente e futuro. Conceitos regulatórios. A geologia e a engenharia do petróleo na regulamentação da ANP. Os aspectos operacionais, contratuais e regulatórios das atividades de exploração e produção. Do bloco aos campos: os aspectos regulatórios da delimitação de áreas sob contrato. As instalações de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás na plataforma continental do estado do Rio de Janeiro. Conceitos operacionais: as parcerias empresariais na indústria de E&P do petróleo. Contratos de arrendamento, afretamento e de prestação de serviços de operação de sondas, plataformas e embarcações os preços de transferência na indústria do petróleo.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Regime Jurídico Constitucional, Administrativo e Regulatório da Indústria do Petróleo.

Ementa: Previsão constitucional e legal do Direito do Petróleo. Aspectos Regulatórios do Direito do Petróleo. Regimes de Concessão, Partilha e Cessão Onerosa. Os papéis do poder executivo federal, da ANP, da PPSA e da Petrobras nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

3ª Aula (3h-aula). Tema: As Participações Governamentais.

Ementa: As participações governamentais. A apuração dos royalties e da participação especial. As deduções na apuração da participação especial. A fiscalização da arrecadação das participações governamentais. A auditoria do custo em óleo no regime de partilha pela PPSA: um olhar comparativo. Decadência e prescrição. Os critérios de distribuição dos royalties e participações especiais. Os critérios para definição das áreas de influência de estados e municípios sobre a produção de petróleo e gás natural. A distribuição das participações governamentais entre as unidades federadas e a lei 12.734/2012. As possibilidades e limites do gasto público com os recursos das participações governamentais. As principais discussões judiciais sobre participações governamentais envolvendo o estado do Rio de Janeiro. Os impactos da arbitragem sobre as participações governamentais e a defesa dos interesses da união, dos estados e dos municípios.

4ª Aula (3h-aula). Tema: O Direito Tributário do Petróleo.

Ementa: Receitas tributárias do petróleo, do gás natural e de seus derivados. IPI, ICMS, ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

MADUREIRA, Claudio, Royalties de petróleo e federação, Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2019.

NETO, Arthur Watt. Petróleo, gás natural e biocombustíveis. São Paulo: Saraiva, 2014.

S. NETO, Manoel P. Manual de direito do petróleo: uma visão jurídica do ouro negro no Brasil. 1 ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2018.

RIBEIRO, Marilda do Rosado de Sá, Direito do Petróleo, Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

ARAGÃO, Alexandre dos Santos, Direito do Petróleo e do Gás, Belo Horizonte: Fórum, 2021.

C) EIXO CONTENCIOSO

MÓDULO XII - Fazenda Pública em Juízo

Coordenação: MARCO ANTÔNIO RODRIGUES

Carga Horária: 30h

Ementa: Fazenda Pública: conceito. Prerrogativas processuais: justificativa e constitucionalidade. Benefícios de prazo. Intimação pessoal. A Fazenda e os sujeitos do processo. Remessa necessária. Honorários nas ações em que a Fazenda é parte. Ônus financeiros do processo e Fazenda. Conciliação, mediação e arbitragem envolvendo a Fazenda. Defesa e recursos na defesa dos interesses da Fazenda. Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda. Execução Fiscal. Juizados Especiais da Fazenda. Fazenda Pública e precedentes. Gestão do contencioso pelo advogado público.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Abordar as principais características e peculiaridades da Fazenda Pública no direito processual civil brasileiro, bem como dos procedimentos especiais em que ela é parte.

Objetivos Específicos: Ao final do curso, os alunos estarem aptos a se tornarem advogados públicos de contencioso, a partir da aplicação das regras e procedimentos especiais envolvendo a Fazenda.

Metodologia: Expositiva e com participação dos alunos. Apresentação de doutrina, jurisprudência e estudos de casos.

Programa: Fazenda Pública: conceito. Prerrogativas processuais: justificativa e constitucionalidade. Benefícios de prazo. Intimação pessoal. A Fazenda e os sujeitos do processo. Remessa necessária. Honorários nas ações em que a Fazenda é parte. Conciliação, mediação e arbitragem envolvendo a Fazenda. Tutela Provisória e Fazenda. Fazenda. Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda. Juizados especiais da Fazenda. Fazenda Pública e precedentes. Gestão do contencioso pelo advogado público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Alexandre Antonio Franco Freitas Câmara, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Bernardo da Silveira Latgê, Bruno Lopes Megna, Caio Watkins, Camilo Zufelato, Cassio Scarpinella Bueno, Elayne Maria Sampaio Rodrigues Mahler, Eugenia Cristina Cleto Marolla, Fabio Victor da Fonte Monnerat, Felipe Varela Mello, Felipe Borring Rocha, Flávia Pereira Hill, Guilherme Jales Sokal, Guilherme Kronenberg Hartmann, Guilherme Rodrigues de Andrade, Gustavo Henrique Justino de Oliveira, Heitor Vitor Mendonça Sica, Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Janaina Soares Noleto Castelo Branco, José Roberto Sotero de Mello Porto, Luis Alberto Reichelt, Luis Henrique Volpe Camargo, Luis Manoel Borges do Vale, Marcia Michele Garcia Duarte, Marco Antônio dos Santos Rodrigues, Marco Aurelio Ventura Peixoto, Marcus Vinicius Armani Alves, Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Paulo Mendes de Oliveira, Rafael Gaia Edais Pepe, Renata Cortez Vieira Peixoto, Ricardo Alberto Pereira, Rodrigo Altenburg Odebrecht Curi Gismondi, Rodrigo Becker, Ronaldo Cramer, Thiago Dias Delfino Cabral, Yves Lima.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Fazenda Pública e Prerrogativas processuais.

Ementa: Fazenda Pública: conceito. Prerrogativas processuais: justificativa e constitucionalidade. Benefícios de prazo. Intimação pessoal. 2ª Aula (3h-aula). Tema: A Fazenda Pública e os sujeitos do processo.

Ementa: A Fazenda como ré-revelia envolvendo a Fazenda. Denunciação da lide e Fazenda. Intervenção anômala.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Conciliação, mediação e negócios processuais envolvendo a Fazenda.

Ementa: Conciliação, mediação e negócios processuais envolvendo a Fazenda.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Arbitragem envolvendo a Fazenda.

Ementa: Arbitragem envolvendo a Fazenda.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Tutela Provisória e Fazenda.

Ementa: Aspectos gerais da tutela provisória. Limitações à tutela provisória em face da Fazenda. Peculiaridades da tutela provisória nas relações de direito público.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Remessa necessária. Ônus financeiros do processo.

Ementa: Remessa necessária. Honorários nas ações em que a Fazenda é parte. Ônus financeiros do processo e Fazenda.

7ª Aula (3h-aula). Tema: Fazenda Pública e precedentes. Gestão do contencioso pelo advogado público.

Ementa: Microsistema de precedentes. Vinculações sobre a Administração Pública.

8ª Aula (3h-aula). Tema: Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda.

Ementa: Cumprimento de sentença e execução em face da Fazenda.

9ª Aula (3h-aula). Tema: Execução Fiscal

Ementa: Execução Fiscal.

10ª Aula (3h-aula). Tema: Juizados Especiais da Fazenda. Ementa: Juizados especiais da Fazenda.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em juízo. 16. ed. São Paulo: GEN, 2019.

RODRIGUES, Marco Antonio. A Fazenda Pública no Processo Civil. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2018.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Org.); ARAUJO, José Henrique Mouta (Org.). Fazenda Pública (Coleção Repercussões do novo CPC, vol. 3). 2a. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos; BUENO, Cassio Scarpinella (Org.). Processo Tributário (Coleção Repercussões do novo CPC, volume 16). Salvador: Juspodivm, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Francisco Glauber Pessoa. A conciliação e a Fazenda Pública no direito brasileiro. Revista de Processo. São Paulo: RT, 2010, n. 187.

ALVIM, Eduardo Arruda. "Suspensão da eficácia da decisão liminar ou da sentença em mandado de segurança aspectos controvertidos do art. 4o. da Lei 4.348/64". Aspectos polêmicos e atuais do mandado de segurança. Nelson Nery Jr. e Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 246286.

ANNUNZIATA, Marcelo. Tutela Antecipatória nas Ações Movidas contra o Poder Público, inclusive em Matéria Tributária. Revista Dialética de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 1999, n. 41.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BENUCCI, Renato Luiz. Antecipação de tutela em face da Fazenda Pública. São Paulo: Malheiros, 2001.

BUENO, Cassio Scarpinella. O Poder Público em juízo. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BUENO, Cássio Scarpinella. Tutela Antecipada e Ações contra o Poder Público (reflexão quanto a seu cabimento como consequência da necessidade de efetividade do processo). In: Aspectos Polêmicos da Antecipação de Tutela. Teresa Arruda Alvim Wambier (coord.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

CABRAL, Antonio Passo; CRAMER, Ronaldo (coord.). Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. A "execução negociada" de políticas públicas em juízo. Revista de Processo. São Paulo: RT, 2012, n. 212.

TALAMINI, Eduardo. Tutela de Urgência e Fazenda Pública. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, n. 152.

MÓDULO XIII - Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos

Coordenação: CLAUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES

Carga Horária: 18h

Ementa: Conflito e Consenso. Métodos autocompositivos e hetero

compositivos. Mediação, Negociação e conciliação. Arbitragem e a Administração Pública. Dispute Board.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo.

Objetivos Gerais: Compreender a autocomposição e a arbitragem sob a ótica do direito público brasileiro.

Objetivos Específicos: Estudar os elementos da mediação, negociação e conciliação, os sujeitos da autocomposição a partir do regime jurídico administrativo e da arbitragem. Analisar o critério da indisponibilidade do interesse público e as adequações necessárias aos métodos autocompositivos. Tratar das normas que regulamentam a matéria.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com a interação entre os alunos e entre estes e o professor por meio de debates, discussões e estudo de casos e textos. Poderão, também, ser realizadas também atividades em grupo, para melhor fixação do conteúdo e sua aplicação a situações práticas. Programa: Conflito e Consenso. Métodos autocompositivos e hetero compositivos. Mediação, Negociação e conciliação. Arbitragem e a Administração Pública. Dispute Board.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Artur Watt Neto, Bruno Fernandes Dias, Cesar Felipe Cury, Cristina Leitão, Daniel Pontes, Egon Moreira, Elisa Cruz, Flávio Amaral Garcia, Felipe Varela, Gustavo Fernandes de Andrade, Kaline Ferreira, Leila Cuellar, Marco Antonio dos Santos Rodrigues, Mariana Souza, Renata Ruffo Rodrigues Pereira Rezende, Ricardo Levy Sadiocoff.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Conflito e Consenso

Ementa: Conflito. Conflitos não judicializados, conflitos pré-judiciais e conflitos judicializados. Judicialização, jurisdição e contencioso: conceitos e distinções. Consenso, autonomia da vontade e interesse público. Indisponibilidade e Intransigibilidade dos Direitos, no âmbito privado e no âmbito público. Conflito coletivo envolvendo entes públicos. Conceito. Distinção em relação aos conflitos individuais; Vantagens do caminho consensual na resolução dos conflitos.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Modos de Prevenção e de Resolução dos Conflitos

Ementa: Modos Consensuais de Resolução e de Prevenção de Conflitos, no Brasil e no Mundo. Lei de Mediação. Novo Código de Processo Civil. Mediação. Negociação. Conciliação Conceito. Características. Métodos de prevenção e solução de conflitos envolvendo entes públicos. Diferentes escolas de mediação e os fundamentos básicos de negociação.

3ª Aula (3h-aula). Tema: As Câmaras Públicas de Autocomposição

Ementa: Modo de funcionamento. Previsão Legal. Lei de Mediação. Novo Código de Processo Civil. Direitos, poderes, deveres e ônus do mediador. A Câmara de Autocomposição da União e a CASC. Estudo de Casos.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Aspectos Gerais da Arbitragem

Ementa: Conceito e princípios da arbitragem. Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral. Procedimento Arbitral. O árbitro e suas funções O dever de revelação. A sentença Arbitral.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Arbitragem e a Administração Pública

Ementa: Arbitrabilidade Objetiva. A escolha das Câmaras Arbitrais e dos árbitros. O pagamento das custas e das despesas processuais. A sentença arbitral e os precatórios. Aspectos específicos da convenção de arbitragem. Os Decretos da União, Rio de Janeiro e São Paulo. .

6ª Aula (3h-aula). Tema: Arbitragens envolvendo a União e Dispute Board

Ementa: Principais questões envolvendo as arbitragens federais. A organização da AGU. Desafios. Estudo de Casos. Dispute Board. Conceito e Finalidade. A governação dos contratos e a prevenção dos conflitos. Tipos de Dispute Board. As experiências nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. LEVY, Daniel. ALVES, Rafael Francisco. Lei de arbitragem anotada: a jurisprudência do STF e do STJ. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ALVES, Marcus Vinicius Armani. A fazenda pública na arbitragem. São Paulo: Singular, 2019.

AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. v. 1.

DALLA, Humberto. Ações de classe, direito comparado e aspectos processuais relevantes. Disponível: http://www.humbertodalla.pro.br/arquivos/acoes_de_classedireito%20comparado_e_aspectos_processuais_relevantes.pdf. Consultado em 27 de fevereiro de 2011.

DAVI, Kaline Ferreira. Solução de Litígios pela Administração Pública sem intervenção do Judiciário. Revista da AGU, Brasília, DF, ano VII, n. 16, p. 183, 2008.

DAVI, Kaline Ferreira. Magistratura de Influência: uma alternativa ao contencioso administrativo tradicional. Revista Brasileira de Direito Público: RBDP, Belo Horizonte, v. 12, n. 45, p. 123135, abr./jun. 2014.

DAVI, Kaline Ferreira. Brasil e França na busca por alternativas para a resolução de litígio administrativo: Apontamentos de um estudo comparado. Revista dos Tribunais, n.914, 2011 n. 914. p. 21

DAVI, Kaline Ferreira. Modos Alternativos de um Contencioso não Jurisdicional e o Papel a ser Desempenhado por uma Advocacia-Geral da União Cidadã. Revista Vencedores do Concurso de Monografia da AGU 20092010. Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal Ano IV, n. 15 (fev/2012) Brasília: EAGU

FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. ROCHA, Matheus Lins. FERREIRA, Débora Cristina Fernandes Ananias Alves. Lei de arbitragem comentada artigo por artigo. São Paulo: Juspodivm, 2019.

FICHTNER, José Antonio. MANNHEIMER, Sergio Nelson. MONTEIRO, André Luis. Teoria geral da arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MOESSA, Luciane de Souza (Coord.). Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 39

47.

MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública: fundamentos teóricos e soluções práticas. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

SALLA, Ricardo Medina. Arbitragem e Administração Pública: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SALLES, Carlos Alberto de. Arbitragem em contratos administrativos. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

TONIN, Mauricio Moraes. Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos envolvendo o poder público. São Paulo: Almedina, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAFÉSCHIMIDT, Jean Pierre. La médiation: une justice douce, Siros, Paris, 1992, pp.182184.

BRISSON, Jean François. Régler Autrement les litiges administratifs : Les recours Gracieux et Hiérarchiques, voie alternative de protection des administrés ? Revista de Direito Público, 1996. pp.792846.

DELAUNAY, Benedicte. L'amélioration des Rapports entre l'Administration et les Administrés. Bibliothèque de Droit Public, Paris, T. 72, LGDJ, p.

DELVOLVÉ, Pierre. Les solutions Alternatives aux Litiges entre les autorités administratives et les personnes privées: conciliation, médiation et arbitrage. Conférence Multilatérale, Lisbonne, le 31 mai 2 juin 1999, Editions du Conseil de l'Europe. 2000, p. 17.

SCHIER, Paulo Ricardo. Interesses públicos versus interesses privados: Desconstruindo o Princípio da Supremacia do Interesses Público. Organizador: Daniel Sarmento. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SERPA, Maria Nazareth. Teoria e prática da mediação de conflitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

MÓDULO XIV - Relações Contratuais de Trabalho da Administração Pública

Coordenação: VICTOR FARJALLA

Carga Horária: 12h

Ementa: Relação Contratual Trabalhista. Empregados Públicos. Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreensão e visão sistemática das normas regentes das relações de trabalho da Administração Pública e da Previdência dos Servidores (Regime Próprio e Previdência Complementar).

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para uma leitura crítica dos regimes de trabalho e de previdência aplicáveis à Administração Pública, com identificação das distinções entre os regimes próprios e os gerais. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas. Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos do contencioso de pessoal na Administração Pública. Divulgação prévia de material de leitura para discussão em sala de aula.

Programa: Relação Contratual Trabalhista. Empregados Públicos. Legislação, Doutrina e Jurisprudência.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Otávio Torres, Abel Filho, Nelson Guimarães, Victor Farjalla.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Direito do Trabalho na Administração Pública.

Ementa: Princípios, fontes e aplicação do Direito do Trabalho. A reforma trabalhista e seu impacto na Administração Pública empregadora. Contrato de trabalho com a Administração Pública. Na Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Nas estatais. Interesses em conflito e sua ponderação. Compatibilização dos princípios de Direito Administrativo e de Direito do Trabalho em sua aparente contradição. Restrições administrativas ao Direito do Trabalho.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Contrato de trabalho. Espécies. Da admissão à extinção do contrato de trabalho. Terceirização de serviços.

Ementa: Admissão. Requisitos. Cargos e funções de confiança. Contrato a prazo indeterminado e a prazo determinado. Empregados autossuficientes. Trabalhador temporário. Contratos e cláusulas especiais. Teletrabalho. Trabalho intermitente. Trabalho a tempo parcial. Suspensão. Interrupção e Extinção do contrato de trabalho. A dispensa arbitrária ou sem justa causa e a motivação dos atos da Administração Pública. Garantia de emprego e estabilidade provisória. Justa causa para a dispensa. Terceirização de serviços.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Trabalho e Salário. Meio ambiente de trabalho.

Ementa: Duração do trabalho. Regimes de duração do trabalho. Períodos de descanso. Flexibilização. Trabalho noturno. Remuneração. Princípios de proteção ao salário. Limitações remuneratórias na Administração Pública. Salário mínimo, piso salarial e salário profissional. Tutelas especiais. Meio ambiente do trabalho.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Direito Coletivo do Trabalho. Inspeção do Trabalho.

Ementa: Negociação coletiva. Contratos normativos. Direito de Greve. Organização Sindical. Sindicalização do servidor público. Limites à negociação coletiva na Administração Pública. Dissídio Coletivo. Inspeção do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. O empregado público / Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho / Maurício Godinho Delgado 16ª. Ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2017.

FIGUEIREDO, G. J. P. . O Estado no Direito do Trabalho. 1. ed. São Paulo: LTr Editora Ltda., 1996. v. 1. 288p.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios de direito do trabalho: facsimilada/Américo Plá Rodrigues São Paulo: LTr, 2015.

SALA FRANCO, Tomás. Los derechos sindicales de los funcionarios públicos. Tomás Sala Franco. Remedios Roqueta Buj. 2ª. Ed. Valencia. España. Editorial Tirant lo Blanch, 2019.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Direito constitucional do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARJALLA, Victor. A Reforma Trabalhista e o Estado Empregador. Rio de Janeiro. Revista Eletrônica da PGE. Ed. 01/2018. <https://revistae.letronica.pge-rj.gov.br/4432/doutrina/areformatrabalhistaeoestadoempregador>.

LUZ, José Aristeu da Silva. Comparativo entre as relações de trabalho dos servidores públicos e dos demais cidadãos trabalhadores. Rio de Janeiro. 2015. <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44082/comparativoentreasrelacoesdaotrabalhodosservidorespublicosedosdemaiscidadãostrabalhadores>.

MARQUES. Lorena de Magalhães Pereira. O Direito do Trabalho na Administração Pública. São Paulo. Âmbito Jurídico. 2005. <https://am.bitojuridico.com.br/edicoes/revista21/odireitodotrabalhonaadministracaopublica/>.

MÓDULO XV - Regime Jurídico dos Servidores Públicos

Coordenação: MARCELLE FIGUEIREDO DA CUNHA

Carga Horária: 12h

Ementa: A relação estatutária e a contratual administrativa: Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. Conceito de agente público; agente público de fato e agente público de direito. Regime Jurídico Único e a Emenda Constitucional nº 19/1998. Tipos de relação jurídica: empregados públicos, servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, servidores públicos ocupantes de cargo em comissão e agentes temporários. Regime jurídico da contratação temporária. Questões controvertidas. Cargos públicos: criação, transformação e extinção de cargos, provimento de cargos; e vacância. Concurso público e processos seletivos simplificados. Estágio experimental e estágio probatório. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Cessão de Servidores. Direito de greve. O sistema constitucional dos servidores públicos: Aspectos Gerais. Mutabilidade do regime jurídico e irredutibilidade de vencimentos. Remuneração: espécies; princípio da reserva legal; iniciativa para o processo legislativo; reposição ao Erário de parcelas indevidamente pagas. Teto e subtelos remuneratórios. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas. Regras orçamentárias (Lei de Responsabilidade Fiscal e Regime de Recuperação Fiscal). Questões controvertidas. Responsabilidade do servidor público e Poder Disciplinar: Aspectos gerais. Responsabilidade dos servidores públicos: natureza, responsabilidade primária, subsidiária e o direito de regresso, contraditório e a ampla defesa e independência relativa entre as instâncias penal, administrativa e cível. Processos administrativos disciplinares: legislação, prescrição, termo de ajustamento de conduta, efeitos da aposentadoria sobre o processo disciplinar e penas. Questões controvertidas.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreensão teórica e prática do regime estatutário e contratual administrativo dos servidores públicos.

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para adequada interpretação das normas que disciplinam o regime de trabalho do servidor público na Administração Pública. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos vivenciados na Administração Pública. Divulgação de material de leitura para discussão em sala de aula.

Programa: A relação estatutária e a contratual administrativa (Parte I). A relação estatutária e a contratual administrativa (Parte II). O sistema constitucional dos servidores públicos. Responsabilidade funcional do servidor público.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Bruno Terra de Moraes, Luis Felipe Sampaio de Almeida, Marcelle Figueiredo da Cunha, Mariana de Sousa Carvalho, Maurine Morgan Pimentel Feitosa.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: A relação estatutária e a contratual administrativa (PARTE I)

Ementa: (1) Aspectos gerais sobre a relação estatutária e a contratual administrativa. (2) Conceito de agente público: (a) agente público de fato; e (b) agente público de direito. (3) Regime Jurídico Único e a Emenda Constitucional nº 19/1998. (4) Tipos de relação jurídica: (a) empregados públicos; (b) servidores públicos ocupantes de cargos efetivos; (c) servidores públicos ocupantes de cargo em comissão; e (d) agentes temporários. (5) Regime jurídico da contratação temporária. (6) Questões controvertidas.

2ª Aula (3h-aula). Tema: A relação estatutária e a contratual administrativa (PARTE II)

Ementa: (1) Cargos públicos: (a) criação, transformação e extinção de cargos; (d) provimento de cargos; e (e) vacância. (2) Concurso público e processos seletivos simplificados. (3) Estágio experimental e estágio probatório. (4) Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. (5) Cessão de Servidores. (6) Direito de greve.

3ª Aula (3h-aula). Tema: O sistema constitucional dos servidores públicos

Ementa: (1) Aspectos Gerais. (2) Mutabilidade do regime jurídico e irredutibilidade de vencimentos. (3) Remuneração: (a) espécies; (b) princípio da reserva legal; (c) iniciativa para o processo legislativo; (d) reposição ao Erário de parcelas indevidamente pagas. (4) Teto e subtelos remuneratórios. (5) Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas. (6) Regras orçamentárias (lei de Responsabilidade Fiscal e Regime de Recuperação Fiscal). (7) Questões controvertidas.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Responsabilidade do servidor público e Poder Disciplinar

Ementa: (1) Aspectos gerais. (2) Responsabilidade dos servidores públicos: (a) natureza; (b) responsabilidade primária, subsidiária e o direito de regresso; (c) contraditório e a ampla defesa; e (d) independência relativa entre as instâncias penal, administrativa e cível. (3) Processos administrativos disciplinares: (a) legislação; (b) prescrição; (c) termo de ajustamento de conduta; (d) efeitos da aposentadoria sobre o processo disciplinar; e (e) penas. (4) Questões controvertidas.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 35ª ed., São Paulo: JusPodivm/Malheiros, 2021.

CANOTILHO, J.J. Gomes. MENDES, Gilmar Ferreira. SARLET, Ingo Wolfgang. STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil. 3ª ed., São Paulo: SaraivaJur/Almedina, 2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 38ª ed. São Paulo: Atlas, 2024.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. NETO, Francisco Ferreira Jorge. O Empregado Público. 4ª ed., São Paulo: LTr, 2014.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Servidor Público na Atualidade. Rio de Janeiro: Lumen Jures, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 40ª ed., São Paulo: Malheiros, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 18ª ed., São Paulo: SaraivaJur, 2023.

SUNDFELD, Carlos Ari. Curso de Direito Administrativo em Ação - Casos e Leituras para Debate. São Paulo: JusPodivm, 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Pareceres da PGE oportunamente divulgados

MÓDULO XVI - Regime Previdenciário dos Servidores Públicos

Coordenação: JULIANA FLORENTINO DE MOURA

Carga Horária: 12h

Ementa: Direito Previdenciário. Noções Gerais. Previdência Social e Seguridade Social. Distinções relevantes. RGPS, RPPS, Sistema de Proteção Social dos militares e Previdência Complementar. Princípios gerais. Normas gerais (nacionais) e normas específicas (entes federados). Financiamento: repartição simples x capitalização. Custeio do RPPS. A aposentadoria no Regime Próprio. Aposentadoria voluntária. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por incapacidade permanente. Aposentadoria especial. Casos particulares. Aposentadoria dos professores. Tempo de contribuição computável para a aposentadoria. O Tribunal de Contas no exame dos atos de aposentadoria. Os proventos de aposentadoria. O cálculo dos proventos. Integralidade e Paridade. Reajuste e revisão dos proventos. Cumulação de proventos. A pensão por morte no RPPS. Beneficiários. Valor e duração do benefício. Cálculo inicial e atualização do benefício. Cumulação com demais benefícios. Outras regras. Regime de Previdência Complementar. Desenho constitucional. Modalidade de contribuição definida. Conceitos básicos. Benefícios programados e não programados. Lei geral nacional. A lei do Estado do Rio de Janeiro.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreensão e leitura das Normas da Previdência dos Servidores (Regime Próprio e Previdência Complementar) como um sistema ordenado e lógico, com características próprias.

Objetivos Específicos: Capacitação dos alunos para uma leitura crítica dos regimes de previdência aplicáveis aos servidores, inclusive com a identificação de equívocos nas reformas constitucionais sobre o tema. Treinamento para a resolução de casos concretos apresentados ao profissional da advocacia pública.

Metodologia: Adotar o método indutivo para o estudo de casos concretos do contencioso previdenciário na Administração Pública. Divulgação prévia de material de leitura para discussão em sala de aula. Participação dos alunos em sala de aula, mediante debates e questionamentos pelo professor (método socrático).

Programa: Previdência dos Servidores. Princípios gerais. Custeio. Aposentadoria no Regime Próprio. Pensão por morte no Regime Próprio. A Previdência Complementar dos servidores.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Erick Ribeiro Tavares, Fábio de Souza Silva, Fabiana Moraes Braga Machado, Julia de Albuquerque Reis e Silva, Luis Felipe Sampaio de Almeida.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Previdência. Princípios. Custeio.

Ementa: Previdência Social e Seguridade Social. Distinções Relevantes. RGPS, RPPS e Previdência Complementar. Princípios Gerais. Normas gerais (nacionais) e normas específicas (entes federados). Financiamento: repartição simples x capitalização. Custeio do RPPS.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Aposentadoria no RPPS.

Ementa: A aposentadoria no Regime Próprio. Aposentadoria voluntária. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por invalidez. Aposentadoria especial. Casos particulares. Aposentadoria dos professores. Tempo de contribuição computável para a aposentadoria. O Tribunal de Contas no exame dos atos de aposentadoria. Os Proventos de Aposentadoria. O cálculo dos proventos. Integralidade e Paridade. Reajuste e Revisão dos proventos. Cumulação de proventos.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Pensão por Morte no RPPS.

Ementa: A pensão por morte no RPPS. Beneficiários. Valor e duração do benefício. Cálculo inicial e atualização do benefício. Cumulação com demais benefícios. Outras regras.

4ª Aula (3h-aula). Tema: A Previdência Complementar dos Servi dores

Ementa: Regime de Previdência Complementar. Desenho constitucional. Modalidade de contribuição definida. Conceitos básicos. Benefícios programados e não programados. Lei geral nacional. A lei do Estado do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. Previdência dos servidores públicos - Regimes geral, próprio e previdência complementar, 10ª ed., Juruá, 2023.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João BaYsta. Manual de Direito Previdenciário, 26ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

IBRAHIM, Fábio Zambli@e. Curso de Direito Previdenciário, 24ª ed. Niterói: Impetus, 2023.

KERTZMAN, Ivan. Entendendo a reforma da Previdência, JusPodivm, 1ª ed., 2019.

LAZZARI, João BaYsta et. al. Comentários à Reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TAFNER, Paulo e NERY, Pedro Fernandez. Reforma da Previdência - Por Que o Brasil Não Pode Esperar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MÓDULO XVII - Responsabilidade Civil do Estado

Coordenação: FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN

Carga Horária: 18h

Ementa: Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Da era da irresponsabilidade à CRFB/88. Responsabilidade do Estado por atos relacionados à atuação do poder executivo, suas autarquias, fundações e demais pessoas jurídicas de direito público. Responsabilidade do Estado por atos de prestadores de serviços públicos. Responsabilidade civil das agências reguladoras. Responsabilidade civil do

Estado por ato notarial. Direito de Regresso aos agentes públicos. Prescrição.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Atualização dos institutos ligados à responsabilidade civil pública, perpassando as atuações diversas nos Poderes executivo, legislativo e judiciário.

Objetivos Específicos: Debater sobre a teoria e casos concretos envolvendo responsabilidade civil pública, além de abordar questões práticas oriundas de precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Metodologia: Aulas expositivas, com o enfrentamento de casos concretos, sempre que possível e a critério dos professores.

Programa: Conforme plano de aulas apresentado abaixo.

Critério de Avaliação: Trabalho escrito, com tema e limite de páginas a ser definido pelos coordenadores.

Corpo Docente: Flávio de Araújo Willeman, Anderson Schreiber, Horácio Augusto Mendes de Souza.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Noções gerais de responsabilidade civil pública. Evolução. Artigo 37, § 6º, da CRFB/88. Artigos 403 e 43 do Código Civil. Prescrição. Direito de Regresso.

2ª Aula (3h-aula). Noções gerais de responsabilidade civil pública. Evolução. Artigo 37, § 6º, da CRFB/88. Artigos 403 e 43 do Código Civil. Prescrição. Direito de Regresso.

3ª Aula (3h-aula). Responsabilidade Civil do Estado pela prestação de serviços terceirizados. Concessão. CDC. Lei dos Usuários dos Serviços Públicos. Atividades Notariais. Organizações Sociais.

4ª Aula (3h-aula). Responsabilidade Civil do Estado por atos legislativos e jurisdicionais.

5ª Aula (3h-aula). Responsabilidade Civil das agências reguladoras.

6ª Aula (3h-aula). Palestra - Atualidades da Responsabilidade Civil Pública.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (capítulo da responsabilidade civil do Estado)

WILLEMAN, Flávio de Araújo. Reponsabilidade Civil do Estado por Risco Jurisdicional Anormal no Brasil: por uma nova teoria sobre a responsabilidade civil do Estado-Juiz (Rio de Janeiro: editora CEEJ, 2023. (capítulos 01e 04)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRETELLA JÚNIOR, José. O Estado e a Obrigação de indenizar. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CANOTILHO, J. J. Gomes. A responsabilidade do Estado por actos ilícitos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. (capítulo da responsabilidade civil do Estado)

CASTRO, Guilherme Couto de. A responsabilidade civil objetiva no Direito brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

WILLEMAN, Flávio de Araújo. Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

MÓDULO XVIII - Controle Externo da Administração Pública

Coordenação: FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA

Carga Horária: 18h

Ementa: Introdução: objeto do controle, discricionariedade, reserva de administração e outros conceitos. Controle legislativo. Controle judicial: a judicialização das políticas públicas e seus limites. O controle da Administração Pública no STF. As ações constitucionais e as ferramentas consensuais de controle. Os papéis do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle social. Concurso de controles.

Pré-Requisitos: Nenhum.

Objetivos Gerais: Oferecer aos alunos os conhecimentos teóricos e práticos do controle externo da Administração Pública, sob o enfoque da Advocacia Pública.

Objetivos Específicos: Apresentar aos alunos o panorama geral contemporâneo, na doutrina e na jurisprudência, dos institutos de controle externo da Administração Pública e dos órgãos responsáveis pela sua realização. Com base nos conceitos apresentados, permitir a compreensão do papel da Advocacia Pública perante a atuação dos órgãos de controle externo, no exercício da consultoria e assessoramento jurídicos, no contencioso e na composição amigável de conflitos. Metodologia: Expositiva, com leitura prévia de material e debates em sala de aula.

Critério de Avaliação: Apresentação de trabalho escrito de até 10 páginas sobre a matéria lecionada.

Corpo Docente: Carlos Eduardo Frazão do Amaral, Estêvão Gomes Correa dos Santos, Felipe Derbli de Carvalho Baptista, Flávio de Araújo Willeman, Rodrigo Crelier Zambão da Silva.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Introdução e conceitos fundamentais

Ementa: Introdução. Conceitos fundamentais. Separação de Poderes. Objeto do controle externo da Administração Pública. Discricionariedade administrativa e discricionariedade técnica. Capacidades institucionais. Reserva de administração.

2ª Aula (3h-aula). Tema: Controle legislativo da Administração Pública

Ementa: Controle legislativo da Administração Pública. Sabatina dos indicados pelo Executivo a cargos públicos. Controle via processo legislativo e orçamentário. Fiscalização direta. Comissões Parlamentares de Inquérito. O julgamento anual das contas. Impeachment.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Controle judicial da Administração Pública - 1ª parte

Ementa: Controle judicial (I): a judicialização das políticas públicas e seus limites. O controle da Administração Pública no STF: crônica de jurisprudência.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Controle judicial da Administração Pública - 2ª parte

Ementa: Controle judicial (II): ação civil pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, ação de improbidade administrativa. Ferramentas consensuais de controle (TAC, acordo de não persecução cível, acordo de leniência). O papel do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Controle pelos Tribunais de Contas e outras modalidades

Ementa: Controle pelos Tribunais de Contas. Controle social e suas ferramentas contemporâneas. O concurso entre as modalidades e os agentes de controle.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

ARGUELHES, Diogo Werneck; LIMA, João Marcelo da Costa e Silva. Políticas públicas, interpretação judicial e as intenções do legislador: o ProUni e o "cripto-ativismo" do Supremo Tribunal Federal. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 4, n. 2, p. 163-192, ATALIBA, Geraldo. Ação Popular na Constituição Brasileira, Brasil: Revista de Direito Público, nº 03, 1993.

BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Interesse público, v. 9, n. 46, p. 31-62, nov/dez. 2007.

FAGUNDES, Miguel Seabra. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. Atual. por Gustavo Binenbojm. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva.

GUERRA, Sérgio. Discricionariedade, Regulação e Reflexividade: Uma Nova Teoria sobre as Escolhas Administrativas. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. maio/ago. 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SCHEIBER, Anderson; Manier, Paulo Enrique (coord.). Controle de Legalidade da Administração Pública: diálogos institucionais. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

SOUZA, Alfredo José de et al. O Novo Tribunal de Contas: Órgão Protetor dos Direitos Fundamentais. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

WILLEMAN, Marianna Montebello. Accountability Democrática e o De-

senho Institucional dos Tribunais de Contas no Brasil. 2a ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

MÓDULO XIX - Direito Antidiscriminatório e Ações Afirmativas

Coordenação: AUGUSTO HENRIQUE P.S. WERNECK

Carga Horária: 18h

Ementa: Princípio da Igualdade. Direito Antidiscriminatório. Ações afirmativas. Temas Específicos: direito das mulheres, diversidade de gênero e sexual, racismo, direito dos povos indígenas, direito das pessoas com deficiência.

Pré-requisito: Nenhum.

Objetivos Gerais: O propósito do curso é fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relevantes sobre Direito Antidiscriminatório, Ações Afirmativas e questões específicas de minorias/grupos vulneráveis.

Objetivos Específicos: Refletir criticamente sobre o papel do direito no enfrentamento das situações de discriminação.

Metodologia: Aulas expositivas com prévias leituras de matérias e debates em sala de aula.

Critério de Avaliação: Deverá ser feito um trabalho escrito de até 10 páginas sobre a temática lecionada.

Corpo Docente: Adriana Alves dos Santos Cruz, Amanda Carolino Santos, Ana Carolina Gonçalves Soares, Anne Caroline Nascimento da Silva, Augusto Henrique P S Werneck Martins, Daniel Carvalho Cardinali, Daniele da Silva de Magalhães, Fernanda Lessa Mainier Hack, Julio José Araujo Junior, Livia Miranda Müller Drumond Casse-res, Luciana da Mota Gomes de Souza, Luis Henrique Linhares Zouein, Marina Magalhães Lopes, Nathalie Carvalho Giordano, Patricia Fonseca Carlos Magno de Oliveira, Virginia Totti Guimarães, Wallace de Almeida Corbo.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Direito Antidiscriminatório.

Ementa: Princípio da igualdade: Percurso histórico do princípio da igualdade Igualdade formal x igualdade material Igualdade perante a lei x igualdade na lei Redistribuição, reconhecimento e participação

Conteúdo negativo e positivo do princípio da igualdade Princípio da igualdade na Constituição de 1988 Eficácia Horizontal do Princípio da Igualdade. Direito antidiscriminatório: Conceitos iniciais Discriminação direta Discriminação indireta e adaptação razoável Legislação e jurisprudência antidiscriminação nacional e internacional

2ª Aula (3h-aula). Tema: Ações afirmativas.

Ementa: Histórico das ações afirmativas Igualdade de chances e meritocracia Discriminação positiva Fundamentos filosóficos e jurídicos Ações afirmativas no Direito Comparado Modalidades e Ações afirmativas em espécie Ações afirmativas no ordenamento jurídico brasileiro Futuro das ações afirmativas e a questão da temporalidade. Interseccionalidade. Representatividade.

3ª Aula (3h-aula). Tema: Temas Específicos 1

Ementa: Direito das mulheres. Igualdade de gênero.

4ª Aula (3h-aula). Tema: Temas Específicos 2

Ementa: Diversidade de gênero e sexual. LGBTQIA+fobia.

5ª Aula (3h-aula). Tema: Temas Específicos 3

Ementa: Racismo. Racismo institucional. Racismo estrutural. Intolerância religiosa.

6ª Aula (3h-aula). Tema: Temas Específicos 4 e 5

Ementa: (4) Direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas Direito à diferença e à diversidade cultural Multiculturalismo e relativismo cultural. (5) Direito das Pessoas com Deficiência.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATORIA:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ALMEIDA, Silvio. Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2021.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Vukápanavo: O despertar do povo terena para os seus direitos. Rio de Janeiro: E-Papers, 2021.

ARAUJO JUNIOR, Julio José. Direitos territoriais indígenas: uma interpretação intercultural. Rio de Janeiro: Processo, 2018.

BARBOSA, Joaquim. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Bento, C. (2022). O pacto da branquitude. Companhia das Letras.

BOBBIO, Norberto. Igualdade e Liberdade. Rio de Janeiro: Campus.

BONAVIDES, Paulo. O princípio da igualdade como limitação à atuação do estado. In: Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 3, p. 217-229, 2009.

Carneiro, S. (2019). Escritos de uma vida. BOD GmbH DE.

Carneiro, S. (2023). Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Zahar.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. “A nova dimensão da igualdade”. In: Idem. Constituição Aberta e os Direitos Fundamentais: Ensaios sobre o constitucionalismo pós-moderno e comunitário. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CORBO, Wallace. Discriminação Indireta: Conceitos, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CORBO, Wallace. A construção de um direito antidiscriminatório no Brasil: conceitos fundamentais de um novo e central ramo do direito. In: SCHEIBER, Anderson; MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord). Direito e Transformação Social. Indaiatuba: Foco, 2023, pp. 111-128.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DWORKIN, Ronald. A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FACHIN, Melina Girardi; CAMBI, Eduardo; PORTO, Letícia de Andrade. Constituição e Direitos Humanos: Tutela dos Grupos Vulneráveis. São Paulo: Almedina, 2022.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 11, p. 1211-1237, 2020.

FERES JUNIOR, João et al. Ação Afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) Democracia hoje. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada de justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (coord). Igualdade, Diferença e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 167-190.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GUIMARÃES, Virginia Totti. Justiça ambiental no direito brasileiro: fundamentos constitucionais para combater as desigualdades e discriminações ambientais. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 3, n. 1, p. 36-63. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/17547>

hooks, bel. O Feminismo é Para Todo Mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

MADRUGA, Sidney. Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA, Adilson. O que é Discriminação?. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MOREIRA, Adilson. Tratado de Direito Antidiscriminatório. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MOREIRA, Adilson José; ALMEIDA, Philipe Oliveira de; CORBO, Wallace (coautores). Manual de educação jurídica antirracista: direito, justiça e transformação. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

PIRES, Thula. Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros. 1. ed. Brasília: Brado Negro, 2016. v. 1. 290p .

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva-Jur, 2023 (Parte III)

PIOVESAN, Flávia; RIBEIRO, Raísa; LEGALE, Siddharta. Feminismo Interamericano: exposição e análise crítica dos casos de gênero da Corte IDH. Rio e Janeiro: NIDH-UFRJ, 2021.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.

RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A fundação do. Brasil: testemunhos 1500-1700. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora. Vozes, 1992

RIOS, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

RIOS, Roger. Raupp; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SCHÄFER, Gilberto. Direito da Antidiscriminação e Direitos de Minorias: perspectivas e modelos de proteção individual e coletivo. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, 22(1), 2017, pp. 126-148. <https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i1852>

RIOS, Roger Raupp. Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 9, n. 3, p. 659-680, set./dez. 2022.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O princípio constitucional da igualdade. Belo Horizonte: Lè, 1990.

ROCHA, Carmen Lúcia da. A ação afirmativa: conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. In: Revista Trimestral do Direito Público, n. 15, 1996.

SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (coord). Igualdade, Diferença e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SARMENTO, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016 (Cap. 6)

SCHEIBER, Anderson. Fundamentos e Ressignificação do Direito Antidiscriminatório. In: SCHEIBER, Anderson; MELO, Marco Aurélio Bezerra de (coord). Direito e Transformação Social. Indaiatuba: Foco, 2023, pp. 87-110.

Schucman, L. V. (2012). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. Princípio Constitucional da Igualdade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Souza, N. S. (2021). Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, Charles et al. Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Piaget, 1998.

WILLEMAN, Flávio de Araújo; COELHO, Bernardo Bichara Faria. O sistema de cotas para ingresso no ensino público superior: o caso do Estado do Rio de Janeiro. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, n. 66, 2011, p. 237-261.

D. EIXO METODOLÓGICO

MÉTODO XX - Metodologia do Trabalho Científico

Coordenação: PEDRO HENRIQUE VEIGA CHRISMANN

Carga Horária: 12h

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Diferentes tipos de conhecimento. Ciência e as diferentes áreas do saber. Direito como ciência social aplicada. Métodos científicos. Conceito de método. Métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. Metodologias quantitativa e qualitativa. Metodologia da pesquisa jurídica. Construção da hipótese. Como escolher o tema da pesquisa. Problemas de pesquisa. Hipótese. Delimitação do material de pesquisa. Respostas científicas para questões jurídicas controversas. Quando usar: parte histórica, direito comparado, jurisprudência, análise de caso, interdisciplinaridade, entrevistas. Estruturando o projeto: elementos necessários e a formação. Organização e etapas do trabalho. Escolha do orientador. Como fazer e organizar pesquisa bibliográfica. Análise jurisprudencial. Estrutura do trabalho de conclusão de curso. Redação e a escrita em camadas. Modalidades de citação e a organização das notas de rodapé e das referências bibliográficas. Formatação do trabalho acadêmico.

Pré-Requisitos: Princípios Institucionais da Advocacia Pública, Tópicos Avançados de Direito Constitucional, Tópicos Avançados de Direito Administrativo, Fazenda Pública em Juízo.

Objetivos Gerais: Compreender o estado da arte das pesquisas em direito e das metodologias envolvidas neste tipo de trabalho, especial mente das abordagens empíricas.

Objetivos Específicos: Capacitar os estudantes a redigir um projeto de pesquisa adequado a servir como TCC do curso de especialização. Ensinar aos estudantes sobre as peculiaridades da redação de trabalhos na modalidade “artigos”, bem como otimizar a possibilidade de sua publicação em revistas do estrato superior do Qualis.

Metodologia: Aulas dialogadas e expositivas, construídas com exposição de alunos e do professor. Atividades programadas em sala, especialmente exercícios práticos na construção de projetos de pesquisa. Análise crítica dos projetos de pesquisas formulados pelos colegas, possibilitando diálogos produtivos entre os estudantes.

Programa: Questões metodológicas. A concepção do trabalho acadêmico. A execução da pesquisa. A produção do trabalho acadêmico. Análise e discussões dos projetos de pesquisa.

Critério de Avaliação: A avaliação de desempenho do participante na disciplina será feita a partir da qualidade do projeto de pesquisa elaborado ao longo da disciplina.

Corpo Docente: Danilo dos Santos Almeida, Michele Pedrosa Paumgartten, Pedro Henrique Veiga Chrismann, Rachel Herdy.

PLANO DE AULAS

1ª Aula (3h-aula). Tema: Questões metodológicas

Ementa: Conhecimento científico e ciência. Métodos científicos. Metodologia da pesquisa científica. O início da pesquisa. Recorte epistemológico. A escolha do tema de pesquisa. O problema investigativo. Construção da hipótese.

2ª Aula (3h-aula). Tema: A concepção do trabalho acadêmico

Ementa: Como delimitar o material de pesquisa? Parte histórica. Direito comparado. Análise jurisprudencial. Estudo de caso. Interdisciplinaridade. Entrevistas.

3ª Aula (3h-aula). Tema: A execução da pesquisa

Ementa: Organização e as etapas de trabalho. Revisitando o cronograma. Escolha do orientador. Como fazer pesquisa bibliográfica.

4ª Aula (3h-aula). Tema: A produção do trabalho acadêmico.

Ementa: Estrutura do trabalho. Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Redação para o leitor. Linguagem acadêmica. Escrita em camadas. Citação e referências bibliográficas. Modalidades de citação. Quando é citação e quando é plágio. Sistemas de chamada. Notas de rodapé. Referências bibliográficas. Formatação do trabalho acadêmico.

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. São Paulo: Saraiva, 2003.

QUEIROZ, Rafael Mafei Ribeiro; FEFERBAUM, Marina. Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TRUJILLO FERRARI, A. Metodologia da ciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINKER, Steven. Guia de Escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SHECAIRA, Fábio P.; STRUCHINER, Noel. Teoria da argumentação jurídica. Rio de Janeiro: Ed. PUCRIO: Contraponto, 2016.

ANEXO IV - Corpo Docente Permanente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Pública da Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGE-RJ)

ABEL FERREIRA LOPES FILHO

Mestre (2020) em Direito e Negócios Internacionais. Universidad Internacional Iberoamericana, UNINI, México.

ADRIANO MARQUES MANSO

Pós-graduado (2001) em Direito do Petróleo pelo Instituto Brasileiro do Petróleo - IBP

AILTON CARDOZO DA SILVA JÚNIOR

Mestre em Regulação da Indústria de Energia pela Universidade Salvador, UNIFACS;

ALEXANDRE ANTONIO FRANCO FREITAS CÂMARA

Doutor (2017) em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUCMG; Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO

Mestre (2001) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutor (2005) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP. Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

ALEXANDRE SIUFFO SCHNEIDER

Mestre (2017) em Direito Constitucional pela Faculdade de Lisboa.

ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS

Mestre (2012) e Doutora (2017) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ALINE PAOLA CORREA BRAGA CÂMARA DE ALMEIDA

Mestre (2007) pela - Universidade Gama Filho, UGF.

ALZEMERI MARTINS RIBEIRO DE BRITTO

Mestre (2003) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia, UFBA.

AMANDA PINTO COLCHETE

Mestre (2022) em andamento em Direito Constitucional. Universidade Federal Fluminense, UFF.

ANA LUÍZA FERNANDES CALIL

Mestre (2019) em Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA DE BARCELLOS

Mestre (2001) e Doutora (2004) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pós-doutora (2013) pela Harvard T.H. Chan School of Public Health, EUA; Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDERSON SCHREIBER

Mestre (2003) em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutor (2006) em Direito Privado Comparado pela Università degli studi del Molise, Itália; Professor Titular de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDRÉ JANJÁCOMO ROSILHO

Doutor (2016) em Direito Administrativo pela USP (2016). Professor do mestrado profissional em direito público e da pós-graduação lato sensu da FGV Direito SP.

ANDRE RIBEIRO TOSTA

Doutor (2024) em Direito Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDRÉ RODRIGUES CYRINO

Mestre (2008) e Doutor (2015) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2009) pela Yale Law School, EUA; Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDRÉ SADDY

Mestre (2010) em Administração Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, UL, Portugal; Doutor (2011) em Direito pelo Departamento de Direito Administrativo da Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha; Pós-Doutor (2013) em Direito pela University of Oxford, Inglaterra; Professor da Universidade Federal Fluminense, UFF.

ANDRÉ URYN

Mestre (2016) pela Fundação Getúlio Vargas, FGV.

ANDRÉA SIQUEIRA

Mestranda em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ANDREA VELOSO CORREIA

Professora na Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA

Mestre (2016) e Doutoranda em Direito Público pela Universidade do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA

Mestre (2015) em Direito pela Universidade Católica de Brasília, UCB/DF.

ANTONIO JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE

Pós-Graduado (2003) em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas, FGV; Mestre (2015) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

ARMANDO MANUEL DA ROCHA CASTELAR PINHEIRO

Mestre (1981) em Estatística pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA; Mestre (1983) em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutor (1989) em Economia pela University of California System, UC System, Berkeley; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

ARTUR WATT NETO

Mestre (2015) em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

BERNARDO DE ABREU GUELBER FAJARDO

Mestre (2012) e Doutor (2016) pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

BERNARDO BICHARA FARIA COELHO

Pós-Graduado (2012) em Direito do Estado e Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ; Mestrando em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, UCP.

BERNARDO DA SILVEIRA LATGÉ

Pós-Graduado (2015) em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

BERNARDO STROBEL GUIMARÃES

Doutor (2011) Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

BIANCA RAMOS XAVIER

Mestre (2009) em Direito pela Universidade Cândido Mendes, UCAM; Doutora (2016) em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

BRUNO BOQUIMPANI SILVA

Pós-Graduado (2005) em Direito Societário e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas, FGV.

BRUNO FELIPE DE OLIVEIRA E MIRANDA

Pós-Graduado (2012) em Direito Tributário pela Uniderp-Anhanguera, Rede LFG; Mestrando em Direito da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

BRUNO FERNANDES DIAS

Mestre (2015) e Doutor (2020) em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2018) em International Business Law pela Universität Zürich, Suíça (2018).

BRUNO LOPES MEGNA

Doutor (2023) em Direito Processual. Universidade de São Paulo, USP.

BRUNO MAURÍCIO MACEDO CURTI

Mestre (2007) em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense, UFF; Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (PPGD/UFRJ); Professor Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

BRUNO TERRA DE MORAES

Mestre (2016) e Doutorando (2022) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BRUNO VINÍCIUS DA RÓS BODART

Mestre (2012) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2018) pela Harvard Law School.

CAIO WATKINS

Mestre (2023) em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

CAITLIN SAMPAIO MULHOLLAND

Mestre (2002) e Doutora (2006) em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

CAMILA ALMEIDA PORFIRO

Doutorando (2023) em Direito Público. Università degli Studi di Roma Tor Vergata, UNIROMA, Itália.

CAMILO ZUFELATO

Doutor (2008) em Direito Processual. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

CARINA DE CASTRO QUIRINO

Doutor (2019) em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.CARLOS ARI VIEIRA SUNDFELD

Mestre (1987) e Doutor (1991) em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas, FGVSP.

CARLOS DA COSTA E SILVA FILHO

Mestre (2008) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO

Mestre (1996) em Direito da Cidade e Doutor (2005) em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ;

CARLOS EDUARDO FRAZÃO DO AMARAL

Mestre (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo, USP; Professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP.

CAROLINA BARROS FIDALGO

Mestre (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

CASSIO SCARPINELLA BUENO

Doutor (1998) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

CESAR FELIPE CURY

Mestre (2017) e Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA.

CHRISTIANO DE OLIVEIRA TAVEIRA

Mestre (2004) e Doutor (2010) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

CLÁUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA

Mestre (2003) em Direito pela Universidade Gama Filho, UGF; Doutor (2017) em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense, UFF; Professor da Universidade Federal Fluminense, UFF.

CLAUDIO PENEDO MADUREIRA

Doutor (2014) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

CRISTIANE VIEIRA JACCOUD DO CARMO AZEVEDO

Mestre (2008) em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos, UNISANTOS; Doutora (2014) em Engenharia de Produção e Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Pós-Doutora (2019) pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, UFF.

CRISTINA BICHELS LEITÃO

Doutor (2023) em Direito pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

DANIEL BENTO DUARTE

Mestre (2024) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

DANIEL DE OLIVEIRA PONTES

Mestre (2019) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.DANIEL WEI LIANG WANG

Mestre (2009) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP; Mestre (2010) em Filosofia e Doutor (2013) em Direito pela London School of Economics, LSE. Post-Doctoral Fellow (2014) na London School of Economics and Political Science, LSE; Professor Associado da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Queen Mary University of London, QMUL, Inglaterra.

DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA

Mestre (2003) e Doutora (2008) em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

DANTE SILVA TOMAZ

Mestre (2021) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

DAVI MARQUES DA SILVA

Mestre (2004) em Direito e Doutorando em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

DANIEL DE SOUZA VELLAME

Especialização (2015) pela Fundação Getúlio Vargas, FGV.

DANILO DOS SANTOS ALMEIDA

Mestre (2011) em Filosofia e Teoria do Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (2016).

DENIZE GALVÃO MENEZES SAMPAIO DE ALMEIDA

Master of Laws (L.L.M., 2013) em Litigation: Novos Desafios dos Conhecimentos pela Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

DOUGLAS ESTEVAM SILVA

Mestre (2023) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

EDUARDO CHOW DE MARTINO TOSTES

Mestre (2018) em Justiça Administrativa e Doutorando em Direito, Instituições e Negócios pela Universidade Federal Fluminense, UFF; Professor Visitante da Universidade Federal Fluminense, UFF.

EDUARDO BASTOS FURTADO DE MENDONÇA

Doutor (2014) e Mestre (2008) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

EGON BOCKMANN MOREIRA

Doutor (2023) em Direito pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

ELAYNE MARIA SAMPAIO RODRIGUES MAHLER

Mestre (2011) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora Auxiliar da Universidade Católica de Petrópolis, UCP.

ELISA SCHMIDLIN CRUZ

Mestre (2017) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

EMILIANO RODRIGUES BRUNET DEPOLLI PAES

Mestre (2011) e Doutor (2017) em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

ERICK RIBEIRO TAVARES

Mestre (2006) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

ESTEVÃO GOMES CORRÊA DOS SANTOS

Mestre (2016) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (2018) pela Harvard Law School, USA.

EUGENIA CRISTINA CLETO MAROLLA

Doutor (2015) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

FABIANA MORAIS BRAGA MACHADO

Mestre (2008) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FÁBIO DE SOUZA SILVA

Doutor (2016) em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense, UFF.

FÁBIO SANTOS MACEDO

Mestre (2019) em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa, Portugal.

FÁBIO PERIN SHECAIRA

Mestre (2009) em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutor (2012) em Filosofia pela McMaster University, Canadá; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FABIO VICTOR DA FONTE MONNERAT

Doutor (2022) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

FABRICIO DO ROZÁRIO VALLE DANTES LEITE

Doutor (2021) em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo, USP.

FELIPPE BORRING ROCHA

Doutor (2019) em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense UFF; Professor efetivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FELIPE DE MELO FONTE

Mestre (2009) e Doutor (2016) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2015) pela Harvard Law School; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FG-VRJ

FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA

Doutor (2014) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

FELIPE DUTRA ASENSI

Mestre (2008) em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ; Doutor (2012) em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IESP/UERJ; Pós-Doutor (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

FELIPE LIMA ARAUJO ROMERO

Pós-Graduado (2017) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FELIPE ROCHA DEIAB

Mestrado (2007) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Doutorado em andamento, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, IDP.

FELIPE VARELA MELLO

Mestre (2023) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

FERNANDA DELGADO DE JESUS

Mestre em Engenharia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFETRJ; Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FERNANDO ANGELO RIBEIRO LEAL

Mestre (2006) e Doutor (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutor (2014) em Direito pela ChristianAlbrechtsUniversität zu Kiel, Alemanha; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

FERNANDO CAVALCANTI WALCACER

Pós-Graduado em Direito pelo Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, CEPED UERJ; Professor Adjunto da Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

FERNANDO FRÖES OLIVEIRA

Mestre (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FERNANDO TAVARES CAMACHO

Mestre (2002) em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, FGV; Mestre (2002) em Métodos Matemáticos em Finanças pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA; Doutora (2010) em Economia pela University of Queensland, Austrália.

FLÁVIA PEREIRA HILL

Mestre (2008) e Doutora (2013) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

FLAVINE MEGHY METNE MENDES

Mestre (2013) em Direito Regulatório pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Doutora (2019) em Direito Regulatório pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

FLÁVIO AMARAL GARCIA

Mestre (2003) em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes, UCAM; Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, UC; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN

Mestre (2004) em Direito pela Universidade Candido Mendes, UCAM; Doutorando em Direito, Instituições e Negócios na Universidade Federal Fluminense, UFF.

FLAVIO MULLER DOS REIS DE SALLES PUPO

Mestre (1997) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO

Doutor (1999) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP; Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Universidade de São Paulo, USP.

GUILHERME JALES SOKAL

Mestre (2011) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

GUILHERME KRONENBERG HARTMANN

Mestre (2011) e Doutor (2018) em direito processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Adjunto de Direito Processual Civil da UFRJ/FND (2018).

GUILHERME RODRIGUES DE ANDRADE

Mestre (2023) em direito processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro; Professor de processo civil da EMERJ e do curso MEGE; Técnico Superior Jurídico da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

GUSTAVO BINENBOJM

Mestre (2000) e Doutor (2006) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (LL.M., 2003) pela Yale Law School, EUA; Professor Titular de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

GUSTAVO DA GAMA VITAL DE OLIVEIRA

Mestre (2009) e Doutor (2012) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

GUSTAVO FERNANDES DE ANDRADE

Masters of Law (LL.M., 1999) pela University of Pennsylvania, EUA; Master of Laws (LL.M., 2005) pela University of Cambridge, Inglaterra.

GUSTAVO HENRIQUE JUSTINO DE OLIVEIRA

Doutor (2005) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP, Pós-Doutor, Max Planck Institute for Comparative and International Private Law, MAX-PLANCK, Alemanha (2014).

GUSTAVO SAMPAIO TELLES FERREIRA

Mestre (1999) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Doutor (2009) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, UFF.

HEITOR VITOR MENDONÇA SICA

Mestre (2005) e Doutor (2009) em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo, USP.

HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR

Mestre (1988) em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutor (1993) em Economia Aplicada pela Université PierreMendèsFrance, Grenoble II, França; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

HUGO WILKEN MAUREL

Pós-Graduação (2009) em Processo Civil pela Universidade Veiga de Almeida, UVA; Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade Gama Filho, UGF; Pós-Graduado (LL.M, 2013) em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

Mestre (1997) e Doutor (2000) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pós-Doutor (2004) pela University of Connecticut School of Law, EUA; Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

JANAINA SOARES NOLETO CASTELO BRANCO

Mestre (2005) e Doutora (2018) em Direito pela Universidade Federal do Ceará, UFC; Especialista em Direito Pública pela Universidade de Brasília.

JOÃO MANOEL ANDRADE MACIEL DA SILVA CAMPOS GALDI

Mestre (2023) em Direito Público na UERJ; Procurador do Estado do Rio de Janeiro; Ex-Procurador do Estado de São Paulo (2019-2021); Pós Graduado em Direito Constitucional.

JOÃO PAULO MELO DO NASCIMENTO

Mestre (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

JOAQUIM PEDRO ROHR

Pós-Graduado (2015) em Direito do Estado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

JORGE CELSO FLEMING DE ALMEIDA FILHO

Mestre (2013) em Direito Tributário e Financeiro e Doutor (2019) em Tributação, Finanças Públicas e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA

Promotor de Justiça, Assessor do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA/MPRJ).

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

Mestre (2011) em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP; Doutor (2019) em Direito Público pela Université Paul Cezane, Aix Marseille III, França; Pós-Doutorando em Direitos Sociais pela Universidad de Salamanca, USAL (Espanha); Professor Titular do Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP.

JOSÉ MARCOS VIEIRA RODRIGUES FILHO

Mestre em Direito Público, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2015), Professor da EMERJ. Procurador do Município do Rio de Janeiro (Procurador-Chefe da Procuradoria de Patrimônio, Urbanismo e Meio Ambiente). Ex-Assessor de Ministro do STF. Advogado.

JOSÉ ROBERTO SOTERO DE MELLO PORTO

Mestre em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2017), Doutor em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2022). Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro.

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

Mestre (2005) e Doutor (2010) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of laws (LL.M., 2013) pela Harvard Law School; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

JULIA LUCIANA OLIVEIRA MARTEL DE ALMEIDA

Graduação em Direito, Fundação Getúlio Vargas, FGV, Mestrado em andamento em Direito da Regulação. Fundação Getúlio Vargas, FGV.

JÚLIA SILVA ARAÚJO CARNEIRO

Mestre (2020) profissional em Direito pela Fundação Getúlio Vargas, FGV. Especialização em Master of Laws (LL.M.), New York Univeristy, NYU, Estados Unidos (2023).

JULIANA BONACORSI DE PALMA

Mestre (2010) e Doutora (2014) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP; Master of Laws (LL.M., 2015) pela Yale Law School, EUA; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV/SP.

JULIANO HEINEN

Mestre em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC (2007), Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2019), Pós-Doutor em Direito da Regulação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

KALINE SANTOS FERREIRA

Mestrado em Direito, Universidade Federal da Bahia, UFBA (2008), Doutora em Direito Público, Université Montesquieu - Bordeaux IV, BORDEAUX 4, França (2013).

KARINA DENARI GOMES DE MATTOS

Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP) (2015), Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ) (2020).

LEILA CUÉLLAR

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1997), Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2000).

LEONAM BAISSO DA SILVA LIZIERO

Mestre em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2013), Doutor em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2017).

LEONARDO CARRILHO JORGE

Mestre em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2010), Doutor em Ciência Política, Universidade de São Paulo, USP (2019).

LEONARDO COELHO RIBEIRO

Mestre (2015) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, EMERJ.

LEONARDO CUNHA DOS SANTOS

Mestre em Direito Público, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2019), doutorado em andamento em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA

Pós-Graduado (2013) em Civil e Processo Civil pelo Centro Universitário Fluminense, UNIFLU; Mestrando em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade de Lisboa, Portugal.

LUCIANA LOSADA ALBUQUERQUE LOPES

Mestre (2004) e Doutora (2009) em Direito pela Universidade Gama Filho, UGF.

LUIS ALBERTO REICHELTE

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008).

LUIS FELIPE SAMPAIO DE ALMEIDA

Mestre (2015) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

LUIS HENRIQUE VOLPE CAMARGO

Mestre (2011) e Doutor (2017) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

LUIS MANOEL BORGES DO VALE

Mestre (2016) em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil.

LUIZ GUSTAVO KAERCHER LOUREIRO

Doutor (2007) em Programa de Pós Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

LUNA VAN BRUSSEL BARROSO

Mestre (2021) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARCELLE FIGUEIREDO DA CUNHA

Mestre (2013) em Direito Público pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO

Mestre (2003) e Doutor (2007) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARCELO LABANCA CORRÊA DE ARAÚJO

Mestre (2002) e Doutor (2008) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

MARCELO PALLADINO MACHADO VIEIRA

Mestre (2018) em Curso de Mestrado e Doutorado da UERJ pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

MARCELO RANGEL LENNERTZ

Mestre (2008) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Master of Laws (LL.M., 2010) pela Yale University, EUA.

MARCELO SANTINI BRANDO

Mestre (2013) e Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

MARCELLO TERTO E SILVA

Pós-Graduado (2005) em Advocacia Pública pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático IDDE, Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal; Pós-Graduado (2010) em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes, UCAM.

MARCIA MICHELE GARCIA DUARTE

Mestra em Direito (2007) e Especialista em Direito e Didática do Ensino Superior (2004) pela UNESA/RJ. Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra/Portugal (2016).

Pós-doutora em Direito Processual pela UERJ (2015). Doutora em Direito (2012), Professora Associada de Direito Processual na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF).

MARCO ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES
Mestre (2006) e Doutor (2013) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Pós-doutor (2016) em Direito pela Universidade de Coimbra, UC; Mestre (2020) em Direito pela King's College London, King's College, Inglaterra. Professor Adjunto Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade Candido Mendes (UCAM); Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

MARCO AURELIO VENTURA PEIXOTO
Mestre (2015) em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

MARCOS ANDRÉ BRUXEL SAES
Pós-Graduado (2008) em Direito Processual Penal (2008) e em Direitos Difusos e Coletivos pela Universidade do Vale do Itajaí, UNI VALLI; Professor titular da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

MARCOS BUENO BRANDÃO DA PENHA
Mestre (2016) pela University School of Law, New York e Doutor (2023) pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

MARCUS ABRAHAM
Mestre (2010) em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes, UCAM; Doutor (2005) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ; Pós-Doutor (2019) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Pós-Doutor (2018) na Universidade de Lisboa, UL; Professor da Universidade de Lisboa, UL; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MARCUS VINICIUS ARMANI ALVES
Mestre (2016) e Doutor (2020) em Direito Processual pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI
Mestre (1994) e Doutora (2000) em Direito Universidade de São Paulo, USP; Professora da Universidade de São Paulo, USP.

MARIANA DE SOUSA CARVALHO
Pós-Graduada (2011) em Direito do Estado e da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV; Mestre (2014) em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, Portugal.

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN
Mestre (2001) e Doutora (2016) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

MAURICIO CARLOS ARAUJO RIBEIRO
mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2007), Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV (2016).

MAURÍCIO MOURA PORTUGAL RIBEIRO
Mestre (2002) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Master of Laws (LL.M., 2004) pela Harvard Law School, EUA. Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

MAURINE MORGAN PIMENTEL FEITOSA
Mestre (2017) e Doutoranda em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

MICHELE PEDROSA PAUMGARTTEN
Mestre (2012) em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá, UNESA; Doutora (2019) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professora da IBMEC; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora condenada da Universidade Estácio de Sá, UNESA; Professora da Universidade Candido Mendes, UCAM.

NATACHA NASCIMENTO GOMES TOSTES GONÇALVES DE OLIVEIRA
Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (2002), Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

NATÁLIA FARIA DE SOUZA
Mestre (2017) em Direito e Políticas Públicas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

NATHALIE CARVALHO GIORDANO
Mestre em Ciências Jurídico-Ambientais pela Universidade de Lisboa (2016), Procuradora - Procuradoria Geral do Rio de Janeiro.

NELSON OSMAR MONTEIRO GUIMARÃES
Mestre em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2022), Professor convidado de Direito do Trabalho na Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro.

NICOLA TUTUNGI JÚNIOR
Mestre (2016) e Doutor (2022) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ.

NILSON FURTADO DE OLIVEIRA FILHO
Mestre (2003) pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ.

NOEL STRUCHINER
Mestre (2001) e Doutor (2005) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

OLAVO AUGUSTO VIANNA ALVES FERREIRA
Mestre em Direito do Estado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Procurador do Estado de São Paulo.

OSCAR GRAÇA COUTO NETO
Mestre (1991) em Direito Ênfase em Direito Ambiental pela University of Michigan, UMICH; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC Rio.

OTAVIO AMARAL CALVET
Mestre (2005) e Doutor (2015) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP; Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Professor convidado da Faculdade de Direito de Vitória, FDV; Professor convidado da Faculdade Baiana de Direito, FBD; Professor convidado da Faculdade CESUSC; Professor da IB MEC.

PATRICIA FERREIRA BAPTISTA
Mestre (2001) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Doutora (2006) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP; Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

PATRICIA PERRONE CAMPOS MELLO
Mestre (2007) e Doutora (2014) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB.

PAULO DE BESSA ANTUNES
Mestre (1982) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutor (1999) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA
Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGERJ).

PAULO MENDES DE OLIVEIRA
Mestre em Direito pela UFRGS (2013), Doutor em Direito pela UFRGS (2017), Pós-Doutor em Direito pela UFBA.

PEDRO DE HOLLANDA DIONÍSIO
Mestre (2019) e Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

PEDRO HENRIQUE VEIGA CHRISMANN
Mestre (2013) e Doutor (2017) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professor da IBMEC.

PEDRO SUTTER SIMÕES
Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Ja-

neiro (2022), advogado na Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

RACHEL HERDY DE BARROS FRANCISCO
Mestre (2006) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutora (2011) em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA
Mestre (2007) em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutor (2015) em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, UVA; Pós-doutor (2016) em Direito pela Fordham University School of Law (NY), FU/NY; Professor titular da IBMEC; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

RAFAEL GAIA EDAIS PEPE
Mestre (2019) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Master of Laws (2015) pela Columbia University (Nova Iorque), CUSL.

RAFAEL MENDES GOMES
Pós-Graduado (1998) em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP; Pós-Graduado (2001) em Negócios na Era Digital pela Fundação Getúlio Vargas, FGVSP; Pós Graduado (2009) em Gestão Empresarial pelo Programa Avançado de Gestão (Advanced Management Program) da Escola de Administração IESE Business School, da Universidade de Navarra, em Barcelona, Espanha.

RAFAEL LIMA DAUDT D'OLIVEIRA
Mestre (2016) em Direito em Ciências Jurídico-Políticas/ Menção em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente; Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

RAFAEL LORENZO FERNANDEZ KOATZ
Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007), Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015).

RAFAEL WALLBACH SCHWIND
Mestre (2010) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), Doutorando em Direito do Estado, Universidade de São Paulo, USP (2014).

RAPHAEL ANTONIO NOGUEIRA
Mestre (2019) em Direito Financeiro e Tributário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO
Mestrado em Direito, Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP (2007), Doutorando em andamento em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2021).

RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
Pós-Graduada em Advocacia Pública pela Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGERJ)

RENATO TOLEDO CABRAL JUNIOR
Mestre (2019) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RICARDO ALBERTO PEREIRA
Mestre em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, UFF (2003), Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJ/RJ.

RICARDO LEVY SADICOFF
Especialização em Master of Laws in Dispute Resolution. Pepperdine University, P.U., Estados Unidos. Mediador na Câmara de Solução de Controvérsias da Procuradoria do Estado - RJ.

ROBERTA SIMÕES NASCIMENTO
Mestre em Direito, Universidade de Brasília, UnB (2013), Doutora em Direito. Universidad de Alicante, UA, Espanha.

RODRIGO ALTENBURG ODEBRECHT CURI GISMONDI
Mestre (2016) em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

RODRIGO BORGES VALADÃO
Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP/PGERJ); Mestre (2008) em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutorando em Teoria do Direito pela Albert Ludwigs Universität Freiburg, Alemanha.

RODRIGO CRELIER ZAMBÃO DA SILVA
Mestrado em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2014), Professor da Escola Nacional da Magistratura.

RODRIGO FRANTZ BECKER
Mestre em Direito, Universidade de Brasília, UNB (2015), Doutor em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2023).

RODRIGO TOSTES DE ALENCAR MASCARENHAS
Mestre (2000) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, Portugal; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

RONALDO EDUARDO CRAMER VEIGA
Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2010), Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2016).

SERGIO ANTÔNIO FERRARI FILHO
Mestrado (2002) e Doutorado (2010) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

SONIA MARIA GOULART GONÇALVES
Mestre (2006) em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, pela Universidade Católica de Brasília, UCB/DF; Professora da Escola Nacional de Administração Pública, ENAP.

SORAYA NOUIRA Y MAURITY
Mestrado em MAÎTRISE DROIT, ÉCONOMIE, GESTION MENTION DROIT P. Université Jean Moulin Lyon 3, LYON III, França.

STELA HÜHNE PORTO
Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2022), Pesquisadora do Laboratório de Regulação Econômica da UERJ (UERJ Reg.).

THAMAR DE SIMONE CAVALIERI FREITAS
Mestre em Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2024), Procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

THEOPHILO ANTÔNIO MIGUEL FILHO
Mestre (2002) pela Universidade Gama Filho, UGF e Doutor (2010) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

THIAGO CARDOSO ARAUJO
Mestre (2009) em Direito Público e Doutor (2015) em Teoria e Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

THIAGO DIAS DELFINO CABRAL
Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019), Professor Convidado da Pós-Graduação da FGV, UERJ e ESAP-PGE/RJ.

THIAGO GUERREIRO BASTOS
Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2015), Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2021).

THIAGO LINS MONTEIRO
Pós-graduado em Regulação Pública e Concorrência pelo CEDIPRE da Universidade de Coimbra (2010), Doutor em Direito Público pela Universidade de Lisboa (2015).

THIAGO MAGALHÃES PIRES
Mestre (2011) e Doutor (2017) em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ; Professor convidado do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM.

THIAGO MARRARA DE MATOS
Mestre (2005) em Direito pela Universidade de São Paulo, USP (2005); Doutor (2009) e Pós-doutor (2018) em Direito Público pela Ludwig Maximilians Universität München, LMU, Alemanha; Professor da Universidade de São Paulo, USP.

ULISSES SCHWARZ VIANA
Mestre (2008) em Direito Constitucional pela Escola de Direito de Brasília do Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP; Doutor (2013) em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, USP; Professor do Instituto Brasileiro de Direito Público, IDP.

VANESSA CERQUEIRA REIS DE CARVALHO
Mestre (2002) em Direito pela Universidade Gama Filho, UGF; Doutoranda em Direito Financeiro e Econômico Global pela Universidade de Lisboa, UL.

VANESSA HUCKLEBERRY PORTELLA SIQUEIRA
Master of Law (LL.M., 2003) em Direito de Empresas pelo Ibmec, IB MECRJ; Mestre (2007) em Direito e Economia pela Universidade Gama Filho, UGF.

VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE
Mestre em Direito, Universidade Estácio de Sá, UNESA (2003), Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (2006), Procuradora do Município do Rio de Janeiro aposentada.

VITOR PAIVA FIORINDO
Graduado (2019) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF.

VÍCTOR AGUIAR DE CARVALHO
Mestre (2016) e Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

VÍCTOR CAMPOS CLEMENT LEAHY
Pós-Graduado (2012) em Direito do Estado e da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas, FGV RJ.

VÍCTOR FARJALLA
Mestre (2003) em Direito pela Universidade Estácio de Sá, UNESA.

VIRGÍNIA TOTTI GUIMARÃES
Mestre (2011) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Doutora (2016) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

VITOR RHEIN SCHIRATO
Mestre (LL.M, 2005) em Direito Administrativo Econômico pela Universität Osnabrück, Alemanha; Doutor (2011) em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, USP; Professor da Universidade de São Paulo, USP.

WALLACE DE ALMEIDA CORBO
Mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2015), Doutor em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2020).

YVES LIMA NASCIMENTO
Mestre em Direito Processual pela UERJ (2023), Professor de Pós-Graduação da FGV Rio, Professor de Pós-Graduação da ESAP/PGERJ.

Id: 2578393
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL DE 08/07/2024

PROCESSO Nº SEI-140001/020878/2024 - AUTORIZO a dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em favor da empresa ACANTO SOLUÇÕES INTEGRADAS DE BENS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ: 50.232.454/0001-66), no valor total de R\$ 21.216,00 (vinte e um mil, duzentos e dezesseis reais), referente à aquisição de canecas personalizadas em comemoração aos 90 anos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2578416
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE DE 05.07.2024

PROCESSO Nº SEI-140001/037329/2024 - PEDRO GUTERRES LOH-MANN - Analista de Sistemas e Métodos - Id. Funcional nº 4432156-2. **CONCEDO** o Adicional de Qualificação a contar de 01.07.2024, louvada na manifestação da Comissão e com fundamento no art.1º e art. 3º, inciso III, da Resolução PGE nº 2.897/2010.

Id: 2578413
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO SECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHOS DA PROCURADORA-ASSISTENTE DE 05.07.2024

PROCESSO Nº SEI E-14/001.018726/2013 - JOÃO FLÁVIO ROTTA - Procurador do Estado - Id. Funcional nº 4334797-5. Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos e com fundamento no art. 79 da Lei Complementar nº 15 de 25/11/1980, **CONCEDO** 03 (três) meses de licença-prêmio relativos ao período base de 29/07/2018 a 27/07/2023.

PROCESSO Nº SEI E-14/28309/2011 - PATRÍCIA RODRIGUEZ GIO-VANNINI - Procurador do Estado - Id. Funcional nº 4266601-5. Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos e com fundamento no art. 79 da Lei Complementar nº 15 de 25/11/1980, **CONCEDO** 03 (três) meses de licença-prêmio relativos ao período base de 17/11/2016 a 15/11/2021.



GESTÃO DOCUMENTAL

- Guarda
- Digitalização
- Indexação e Gerenciamento
- Sistema 100% em nuvem



✉ rjdoc@ioerj.rj.gov.br

☎ (21) 2717-6209